



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

Edição n. 2583

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos.....4

Súmulas de Contratos.....4

Editais.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....5

Súmulas de Convênios.....13

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....13



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

**PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO SUPERIOR – DIREITO**

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS PARA ENTREVISTA

DIVULGAÇÃO LOCAL DE ENTREVISTA

EDITAL N. 03/2019 – PORTO ALEGRE

O PROMOTOR DE JUSTIÇA JÚLIO CÉSAR DE MELO, CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, responsável pelo processo seletivo, no uso das atribuições que são conferidas pelo Provimento n. 66/2011-PGJ-RS, e com base no Regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **RESOLVE:**

- I - **TORNAR PÚBLICO** o resultado da prova dissertativa do processo seletivo de estagiário de nível superior do curso de Direito para atuar junto à Secretaria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça:

Colocação	Inscrição	Nota Prova	Data de Nascimento	Horário Entrevista
1	21	8,7	29/03/2001	15h00
2	5	8,4	09/08/2000	15h15
3	67	8,1	03/03/1999	15h30
4	64	8	11/07/1999	15h45
5	43	8	14/12/2000	16h00
6	48	8	10/03/2001	16h15
7	42	7,9	25/05/1997	16h30
8	63	7,8	10/01/1995	16h45
9	53	7,8	19/08/1998	17h00
10	20	7,8	22/11/1998	17h15
11	32	7,7	22/05/1999	Não Classificado
12	68	7,6	23/04/1993	Não Classificado
13	3	7,6	11/02/1998	Não Classificado
14	19	7,5	23/04/1997	Não Classificado
15	40	7,4	23/05/2001	Não Classificado
16	26	7,2	15/05/1996	Não Classificado
17	34	7,2	20/01/2000	Não Classificado
18	29	7,2	20/01/2001	Não Classificado
19	12	7	30/12/1996	Não Classificado
20	14	7	10/10/1998	Não Classificado
21	24	7	02/03/1999	Não Classificado
22	52	7	16/03/1999	Não Classificado
23	37	7	07/04/2000	Não Classificado
24	66	6,9	08/12/1997	Não Classificado
25	57	6,9	13/02/1998	Não Classificado
26	15	6,9	07/09/2000	Não Classificado
27	51	6,9	26/12/2000	Não Classificado



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2583

28	13	6,8	14/11/1993	Não Classificado
29	60	6,7	24/09/1992	Não Classificado
30	18	6,5	23/02/2000	Não Classificado
31	59	6,4	18/06/1999	Não Classificado
32	41	6,2	29/08/1981	Não Classificado
33	22	6,2	10/03/1999	Não Classificado
34	50	6	20/06/1997	Não Classificado
35	38	6	02/02/1998	Não Classificado
36	28	6	02/03/2000	Não Classificado
37	33	6	24/11/2000	Não Classificado
38	58	5,9	25/02/1998	Não Classificado
39	36	5,8	14/12/1979	Não Classificado
40	39	5,8	06/03/1997	Não Classificado
41	7	5,8	30/06/1998	Não Classificado
42	1	5,8	23/04/2000	Não Classificado
43	23	5	11/05/1995	Reprovado
44	11	5	02/12/1998	Reprovado
45	46	4	02/04/1977	Reprovado
-	2	AUSENTE		
-	4	AUSENTE		
-	6	AUSENTE		
-	8	AUSENTE		
-	9	AUSENTE		
-	10	AUSENTE		
-	16	AUSENTE		
-	17	AUSENTE		
-	25	AUSENTE		
-	30	AUSENTE		
-	31	AUSENTE		
-	35	AUSENTE		
-	44	AUSENTE		
-	45	AUSENTE		
-	47	AUSENTE		
-	49	AUSENTE		
-	50	AUSENTE		
-	54	AUSENTE		
-	55	AUSENTE		
-	56	AUSENTE		
-	61	AUSENTE		
-	62	AUSENTE		
-	65	AUSENTE		

II - **CONVOCAR os 10 (dez) primeiros colocados**, consoante disposto no item 7.1 do Edital n. 01/2019, para entrevista pessoal, que será realizada no dia **04/04/2019, quinta-feira**, na Sede da Procuradoria-Geral de Justiça, na Avenida



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2583

Aureliano de Figueiredo Pinto n. 80, 14.º andar, Torre Sul – Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, **a partir das 15h**, munido de:

- Documento oficial com foto.
- Comprovante de inscrição.
- Currículo profissional, se houver.

III – NÃO CONHECER a prova de RAFAEL FILIPE CONCEIÇÃO PEREIRA, tendo em vista este não haver sido inscrito no presente processo seletivo, em conformidade com o Edital n. 01/2019.

Porto Alegre, 1º de abril de 2019.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Responsável pelo Processo Seletivo.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PORTARIA N. 1060/2019

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

A. Determinar, com fulcro nos artigos nos artigos 198 e 200, inciso I, ambos da Lei Complementar Estadual n. 10.098/94, a instauração de **Sindicância** para apurar os fatos contidos no expediente **SPU.PR.02450.00036/2019-3**.

B. Designar o **Dr. Rodrigo da Silva Brandalise**, Promotor de Justiça, Assessor, ID n. 3433854, como Sindicante, e o servidor **Dimitryus Thiago Peixoto Fagundes**, Agente Administrativo, ID n. 4275268, como Secretário.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.
Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 2º ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 015 /2017
PROCEDIMENTO N. 02405.000.015/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N. 20/2017**

CONTRATADA: ELEVADORES ALCER LTDA. – ME;
OBJETO: prorrogar por 12 (doze) meses, a contar de 24 de abril de 2019, a vigência do Contrato de Prestação de Serviços – UAJ n. 015/2017, consignar a renúncia da contratada em relação ao reajuste de preços a que teria direito, nos termos da cláusula quinta, item 5.8.1 do contrato, permanecendo o valor mensal atual, e alterar os itens 5.1, 5.2 caput e 5.2.1 da cláusula quinta, que passam a ter a seguinte redação: 5.1 O CONTRATANTE pagará o valor mensal de R\$ 517,82 (quinhentos e dezessete reais e oitenta e dois

centavos), no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização da nota fiscal, por meio de depósito em conta corrente a ser indicada pela CONTRATADA e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão suportadas pela CONTRATADA. 5.2 O documento fiscal deverá ser apresentado no mês subsequente à prestação dos serviços, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato (Rua General Andrade Neves, n. 106, Centro, 20º andar, Centro, Porto Alegre, CEP 90010-210, telefone (51) 3295 8217 para verificação e atestação dos serviços. 5.2.1 A Nota fiscal apresentada no decorrer do mês de prestação dos serviços, considerar-se-á protocolada no primeiro dia útil do mês subsequente; FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, bem como na cláusula décima quarta do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de abril de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO
PROCESSO PR.01075.06696/2010-4**

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ n. 93.802.833/0001-57 e a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina- FUNOESC, mantenedora da Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC, CNPJ n. 84.592.369/0001-20; **OBJETO:** Prorrogação, por 5 (cinco) anos, da vigência do Termo Convênio de Estágio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 11/03/2019; Benhur Biancon Junior, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Aristides Cimadon, Reitor.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01/04/2018.

**EDITAL N. 071/2019
EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n. 0743/2018, publicada no Boletim n. 084/2018, do Diário Eletrônico do Ministério Público, de 22/03/2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2583

Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, serão eliminados os documentos constantes nos Termos de Eliminação de Documentos n. 141/2019, n. 147/2019, n. 158/2019, n. 159/2019, n. 161/2019, n. 162/2019, n. 165/2019, n. 175/2019 e n. 177/2019, e na Lista de Eliminação de Documentos n. 45/2019, preenchidos de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, http://www.mprs.mp.br/gestao_documental/ e na Unidade de Gestão Documental, Protocolo e Expedição, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

DIOMAR JACINTA RECH,

Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

EDITAL N. 072/2019

Resultado do Edital n. 064/2019

REMOÇÃO DE OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
(DEMP 22/03/2019)

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00197/2019-6, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mprs.rs.gov.br/site/editais_remocao/) e na internet (https://www.mprs.mp.br/editais_remocao/), o resultado da remoção referente ao Edital n. 064/2019.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N. 78/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.00007/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Albuquerque Denicol. CLASSIFICAÇÃO: 2ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Investigar a ocorrência de irregularidades sanitárias na Unidade Básica de Saúde do Município de Mariano Moro. INVESTIGADO(S): Município de Mariano Moro. LOCAL DO

FATO: Mariano Moro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01518.000.752/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sérgio da Fonseca Diefenbach. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. OBJETO: Verificar a ausência de combate a endemias no município de Canudos do Vale. INVESTIGADO(S): Município de Canudos do Vale (Luis Alberto Reginatto, Prefeito). LOCAL DO FATO: Canudos do Vale - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01866.000.679/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leandro Tatsch Bonatto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul. OBJETO: Nos termos do art. 8º do Provimento 71/2017 da Procuradoria Geral de Justiça, instaure-se Procedimento Preparatório a fim de apurar possível violação a direito de idoso. INVESTIGADO(S): Norberto Kochemborger. LOCAL DO FATO: Santa Bárbara do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01894.000.055/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sobradinho. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho. OBJETO: Apurar deficiências referentes à acessibilidade na Escola Estadual Padre Benjamin Copetti, em Sobradinho/RS. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Escola Estadual Padre Benjamin Copetti.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01644.000.240/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Charqueadas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Abreu Ferreira da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Charqueadas. OBJETO: PEDIDO DE PROVIDENCIAS SOBRE CEMITÉRIO MUNICIPAL. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Charqueadas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.000.127/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar a Instituição Pensão Sanit Germain Ltda. INVESTIGADO(S): Pensão Sanit Germain. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.00162/2012. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar eventuais irregularidades no residencial São Lucas, localizado na Avenida Juca Batista, n. 9830, bairro Belém Novo, nesta capital, de propriedade de Gabriel Bittencourt Freitas, CNPJ n. 32.077.0450/0001-79. PARTES: Residencial São Lucas, Gabriel Bittencourt Freitas, Ministério Público do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Porto



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2583

Alegre. INVESTIGADO(S): Não informado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de março de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da
Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 81/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00027/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Averiguar irregularidades pelo Município e/ou Clínica Clinifort quanto à prestação de atendimentos de fisioterapia de acordo com o número de sessões indicado pelo profissional responsável. INVESTIGADO(S): Daniele Priscila Stavitzki e Sandro Moacir Chaves Pereira; Representado: Secretaria Municipal da Saúde. Local do Fato: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00768.000.039/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Esteio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Camila Santos da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio. OBJETO: Entidade de abrigamento de moradores de rua ou possível residencial terapêutico denominado "Esquecidos pelos homens e amados por Deus". INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Esteio.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00803.000.652/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carlos Augusto Fioroli. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. OBJETO: Centro geriátrico em prédio anexo ao Hospital de Caridade São José. INVESTIGADO(S): Hospital de Caridade São José (Moisés de Freitas, Diretor Administrativo). LOCAL DO FATO: Sério.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00815.00014/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Juliana Maria Giongo. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. OBJETO: Apurar elementos para a indicação dos investigados e correta identificação do objeto do fato narrado na alínea "a" (UPA CANUDOS). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00865.00004/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Chequim Barros. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: FINGOLIMODE - Fornecimento irregular pela 4ª Coordenadoria Regional de Saúde - 4ª CRS. LOCAL: Santa Maria/RS. INVESTIGADO: Estado do Rio Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.00013/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Apurar as condições físico-sanitárias, de estrutura e de serviços do abrigo Projeto Restaurar, localizado na Rua Capitão Emílio Nunes, n. 40, Centro, Viamão/RS. INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.00042/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Acompanhamento permanente do abrigo Projeto Restaurar, localizado na Rua Capitão Emílio Nunes, n. 40, Centro, em Viamão/RS. VISTORIADO(S): Abrigo Projeto Restaurar. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01644.000.500/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Charqueadas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Abreu Ferreira da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Charqueadas. OBJETO: Informar sobre situação do idoso Sergio Lacerda Medeiros. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Charqueadas.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de Março de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 84/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01748.000.261/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Wilson Luís Grezzana. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. OBJETO: Verificação de ineficiência na prestação de serviço de saúde pela UBS - Centro, notadamente quanto às consultas



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2583

ginecológicas, oferecidas datas para agendamento em quantidade inferior à demanda. INVESTIGADO(S): Gerson Moeller, Joel de Freitas Pedroso. LOCAL DO FATO: Dois Irmãos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01868.001.116/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogério Meirelles Caldas. CLASSIFICAÇÃO: 3º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. OBJETO: Transferência de pacientes pediátricos graves, bem como atenção, tratamento e remoção por ambulância equipadas. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar. LOCAL DO FATO: Santa Vitória do Palmar.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.569/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 5º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar o orçamento do Estado para 2019, no que tange à aplicação do mínimo constitucional da saúde, nos termos da Lei Complementar n. 141/2012. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Estado do Rio Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.372/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 7º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar irregularidades na ILPI Casa Lar Vovô Chaves Ltda., apontadas pela CGVS/SMS na Notificação CGVS/SMS n. 24095 e respectivo termo anexo. INVESTIGADO(S): ILPI Casa Lar Vovô Chaves Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01177.00025/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rita Conte Soeiro de Souza. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alvorada. OBJETO: Fiscalização permanente da instituição Casa de Repouso Oliveiras Ltda. ME (Recanto da Vovó Zel). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01538.000.409/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luis Cesar Gonçalves Balaguez. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório. OBJETO: Exigência de permanência de familiar com paciente idoso internado no Hospital São Vicente de Paulo em Osório/RS. INVESTIGADO(S): Hospital São Vicente de Paulo. LOCAL DO FATO: Osório.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 02380.00001/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Projeto Piloto Promotoria de Justiça Especializada do Torcedor. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Schinestsck Rodrigues. CLASSIFICAÇÃO:

Designação Excepcional - Ricardo Schinestsck Rodrigues. OBJETO: Apurar eventual irregularidade na utilização e na devida fiscalização das vagas especiais para pessoas com deficiência no estacionamento da Arena Porto-Alegrense S.A. INVESTIGADO(S): Arena Porto-Alegrense S.A. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 12 de Março de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 84/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01748.000.261/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Wilson Luís Grezzana. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. OBJETO: Verificação de ineficiência na prestação de serviço de saúde pela UBS - Centro, notadamente quanto às consultas ginecológicas, oferecidas datas para agendamento em quantidade inferior à demanda. INVESTIGADO(S): Gerson Moeller, Joel de Freitas Pedroso. LOCAL DO FATO: Dois Irmãos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01868.001.116/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogério Meirelles Caldas. CLASSIFICAÇÃO: 3º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. OBJETO: Transferência de pacientes pediátricos graves, bem como atenção, tratamento e remoção por ambulância equipadas. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar. LOCAL DO FATO: Santa Vitória do Palmar.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.569/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 5º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar o orçamento do Estado para 2019, no que tange à aplicação do mínimo constitucional da saúde, nos termos da Lei Complementar n. 141/2012. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Estado do Rio Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.372/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha.



CLASSIFICAÇÃO: 7º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. **OBJETO:** Averiguar irregularidades na ILPI Casa Lar Vovô Chaves Ltda., apontadas pela CGVS/SMS na Notificação CGVS/SMS n. 24095 e respectivo termo anexo. **INVESTIGADO(S):** ILPI Casa Lar Vovô Chaves Ltda. **LOCAL DO FATO:** Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01177.00025/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Alvorada. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Rita Conte Soeiro de Souza. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alvorada. **OBJETO:** Fiscalização permanente da instituição Casa de Repouso Oliveiras Ltda. ME (Recanto da Vovô Zel). **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01538.000.409/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Osório. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Luis Cesar Gonçalves Balaguez. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório. **OBJETO:** Exigência de permanência de familiar com paciente idoso internado no Hospital São Vicente de Paulo em Osório/RS. **INVESTIGADO(S):** Hospital São Vicente de Paulo. **LOCAL DO FATO:** Osório.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N. DO PROCEDIMENTO:** 02380.00001/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Projeto Piloto Promotoria de Justiça Especializada do Torcedor. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Ricardo Schinestsck Rodrigues. **CLASSIFICAÇÃO:** Designação Excepcional - Ricardo Schinestsck Rodrigues. **OBJETO:** Apurar eventual irregularidade na utilização e na devida fiscalização das vagas especiais para pessoas com deficiência no estacionamento da Arena Porto-Alegrense S.A. **INVESTIGADO(S):** Arena Porto-Alegrense S.A. **LOCAL DO FATO:** Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 12 de Março de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 90/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas. **N. DO PROCEDIMENTO:** 00748.00200/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Adriana Karina Diesel Chesani. **CLASSIFICAÇÃO:** 5ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. **OBJETO:** Acompanhar atos administrativos relacionados

ao exercício da gratuidade nos meios de transporte semiurbanos aos idosos compreendidos na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, na forma do §3º do artigo 39 da Lei n. 10.741/2003. **Partes:** Investigado: Município de Caxias do Sul; Representante: De Ofício. **Local do Fato:** Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. **N. DO PROCEDIMENTO:** 00802.000.148/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Sérgio da Fonseca Diefenbach. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. **OBJETO:** HBB e seus contratos. **INVESTIGADO(S):** HBB - Hospital Bruno Born (Cristiano Dickel, Diretor Executivo). **LOCAL DO FATO:** Lajeado.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01128.00185/2014. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Marcelo Ries. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. **OBJETO:** Investigar a infraestrutura, os recursos humanos, processos de trabalho, higiene, adequação as normas da ANVISA e outras de caráter sanitário, cumprimento das portarias e resoluções do Ministério da Saúde, Estado do Rio Grande do Sul e Município de Porto Alegre relacionadas à área da saúde. **INVESTIGADO(S):** Hospital São Lucas da PUCRS e Secretaria Municipal da Saúde. **LOCAL DO FATO:** Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01625.000.950/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Márcia Rosana Cabral Bento. **CLASSIFICAÇÃO:** 4ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. **OBJETO:** Averiguar as condições de acessibilidade no estabelecimento Mantra Restaurante. **INVESTIGADO(S):** Mantra Restaurante. **LOCAL DO FATO:** Mantra Restaurante, Porto Alegre - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01128.000.148/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Edes Ferreira dos Santos Cunha. **CLASSIFICAÇÃO:** 7º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. **OBJETO:** Instauração de Inquérito Civil a fim de averiguar irregularidades na ILPI Patrícia Gonçalves Alves ME apontadas pela CGVS nas Notificações n. 25671 e n. 25673. **INVESTIGADO(S):** ILPI Patrícia Gonçalves Alves - ME, nome fantasia Lar de Idosos Vovozona. **LOCAL DO FATO:** Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01128.000.149/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Edes Ferreira dos Santos Cunha. **CLASSIFICAÇÃO:** 7º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. **OBJETO:** Fiscalização permanente da ILPI Brandão & Dutra Ltda., nome de fantasia "Geriatría Dutra" CNPJ n. 31.127.113/0001-86, estabelecida na Av. Eurico Aquino, n. 11, bairro Menino Deus, nesta Capital.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2583

INVESTIGADO(S): ILPI Brandão & Dutra Ltda, nome de fantasia "Geriatría Dutra Saúde". LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01177.00001/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rita Conte Soeiro de Souza. CLASSIFICAÇÃO: 1ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alvorada. OBJETO: Investigar a existência de instituição clandestina ou irregular destinada ao cuidado de idosos ou de pessoas com deficiência, situada na Rua Sepé Tiaraju, casa amarela, próximo à Previdência social, Bairro Maringá Alvorada/RS. INVESTIGADO(S): Instituição Clandestina ou Irregular Destinada ao Cuidado de Idosos e de Pessoa com Deficiência. LOCAL DO FATO: Alvorada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 18 de Março de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos.
De acordo,
MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 93/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00772.000.141/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno. OBJETO: Projeto Mulheres Vulneráveis visa atender mulheres vulneráveis e homens agressores da Comarca de Faxinal do Soturno. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Faxinal do Soturno.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00865.00005/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Chequim Barros. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Inexistência de Centro de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS no Município de Itaara. INVESTIGADO: Município de Itaara/RS. LOCAL DO FATO: Município de Itaara/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01616.000.090/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcos Roberto Lamin. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apurar eventual omissão por parte do Poder Público Municipal de São Luiz Gonzaga/RS na construção e manutenção de cemitério em prol da comunidade de São Lourenço das Missões, interior do

mencionado município. INVESTIGADO(S): Município de São Luiz Gonzaga. LOCAL DO FATO: São Lourenço das Missões, Interior do Município de São Luiz Gonzaga/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01894.000.497/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sobradinho. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Amanda Giovanaz. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho. OBJETO: Apurar o funcionamento do Hospital São João Evangelista (Unidade 2) sem os devidos alvará para localização e funcionamento expedido pelo Município e alvará sanitário expedido pela 8ª Coordenadoria Regional de Saúde. INVESTIGADO(S): Hospital São João Evangelista. LOCAL DO FATO: Sobradinho/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01593.000.748/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Interdição do posto de saúde 24hs "Eva Dias Melo" Município Cidreira - (antigo RD.00915.00287/2018). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Posto de Saúde em Cidreira.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.00015/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Investigar a ausência de regularidade, junto ao CREMERS, da gestora da UPA de Viamão. INVESTIGADOS(S): Município de Viamão e Não Identificada. LOCAL DO FATO: Viamão.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.00059/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 7º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar eventuais irregularidades na ILPI residencial geriátrico Pôr do Sol LTDA, localizada no endereço Rua 5 de Novembro, 43, bairro Teresópolis, nesta capital. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.000.150/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Verificar as condições da Fundação Lar do Excepcional Santa Adelaide (FLESA), moradia destinada a pessoas com transtorno mental, localizada na Rua Cristiano Kraemer, n. 121, Bairro Vila Nova. INVESTIGADO(S): Fundação Lar do Excepcional Santa Adelaide (FLESA). LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.437/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 4ª Promotora de Justiça da Promotoria de



Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Verificar a necessidade de adoção de medidas de complementação de projeto de acessibilidade no Condomínio Villa D'fiori, localizado na Rua Alberto Silva, 377, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Condomínio Villa D/Fiori. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 02447.00001/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Núcleo Regional de Apoio à Saúde da Região da Grande Porto Alegre e Litoral - NRAS. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Müller Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: Coordenação Administrativa do Núcleo Regional de Apoio à Saúde da Grande Porto Alegre e Litoral - Nras. OBJETO: Averiguar a Regulação da 1ª Coordenadoria Regional de Saúde e as recentes alterações relativas às referências do Hospital Bom Jesus de Taquara, tendo em vista a notícia de negativas de atendimento SUS. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul, Município de Taquara e Hospital Bom Jesus de Taquara. LOCAL DO FATO: Taquara.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de Março de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos.

De acordo,
MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 94/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00007/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rafael Russomanno Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Apurar a regularidade do funcionamento da ILPI Solarium Residencial Geriátrico. INVESTIGADO(S): Solarium Residencial Geriátrico. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00008/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rafael Russomanno Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Apurar a regularidade do funcionamento da ILPI Associação Grupo Chimarrão da Amizade. INVESTIGADO(S): Associação Grupo Chimarrão da Amizade. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00802.000.192/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sérgio da Fonseca Diefenbach. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de

OBJETO: Saúde Estadual - Acompanhamento do serviço de saúde estadual prestado pela 16ª CRS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Lajeado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00802.000.190/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sérgio da Fonseca Diefenbach. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. OBJETO: Programa Segurança Alimentar - acompanhar a atuação da VISA Progresso, sobretudo, verificar a estrutura e ações da vigilância sanitária no Município de Canudos do Vale/RS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Canudos Do Vale/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00802.000.191/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sérgio da Fonseca Diefenbach. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. OBJETO: Programa Segurança Alimentar - acompanhar a atuação da VISA Progresso, sobretudo, verificar a estrutura e ações da vigilância sanitária no Município de Progresso/RS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Progresso/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00802.000.188/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sérgio da Fonseca Diefenbach. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. OBJETO: Programa Segurança Alimentar - acompanhar a atuação da VISA Lajeado, especialmente no que diz respeito à qualidade dos alimentos fornecidos aos consumidores. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Lajeado/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de Março de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos.

De acordo,
MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 100/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01690.001.502/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: Cargo de 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: Averiguar supostas irregularidades no transporte de pacientes de Frederico Westphalen para atendimentos no Hospital de



Tenente Portela. INVESTIGADO(S): Município de Frederico Westphalen. LOCAL DO FATO: Município de Frederico Westphalen (RS).

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01702.000.107/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Marau. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Denilson Belegante. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 5. OBJETO: Inspeccionar e Fiscalizar permanentemente instituições públicas ou particulares de longa permanência para idosos. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Marau.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01702.000.048/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Marau. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Denilson Belegante. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 5. OBJETO: Inspeccionar e Fiscalizar permanentemente instituições públicas ou particulares de longa permanência para idosos. INVESTIGADO(S): ILPI Casa de Repouso Solar Vô Elídio. LOCAL DO FATO: Marau.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01610.000.368/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Letícia Elsner Pacheco de Sá. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Cópia do PA.01175.00034/2011, para acompanhamento da ILPI Associação Beneficente Casa de Amparo Mão de Deus. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Montenegro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00865.00007/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Chequim Barros. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Hospital Regional de Santa Maria - ausência de funcionamento pleno - falta de serviços de média e alta complexidade. LOCAL DO FATO: Santa Maria. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00922.00047/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pablo da Silva Alfaro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. OBJETO: Apurar a falta de medicamentos na farmácia popular do Município de Uruguaiana. INVESTIGADO(S): Município de Uruguaiana. LOCAL DO FATO: Uruguaiana.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de Março de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 112/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00009/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Raquel Marchiori Dias. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Apurar a regularidade do funcionamento da ILPI Geriatria Confraria da Inésia. INVESTIGADO(S): Geriatria Confraria da Inésia. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00010/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Raquel Marchiori Dias. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Apurar a regularidade do funcionamento da ILPI Lar Vicentino Dr. Décio Rosa. INVESTIGADO(S): Lar Vicentino Dr. Décio Rosa. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00011/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Raquel Marchiori Dias. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Apurar a regularidade do funcionamento da ILPI Geriatria Esmeralda. INVESTIGADO(S): Lar Esmeralda. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00012/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Raquel Marchiori Dias. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Apurar a regularidade do funcionamento da ILPI Lar São José - Ação Social Santa Isabel. INVESTIGADO(S): Ação Social Santa Isabel Lar São José. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00800.000.048/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Theodoro Alexandre da Silva Silveira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. OBJETO: Registro das visitas realizadas no Presídio Estadual de Júlio de Castilhos, com a anexação dos relatórios respectivos. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Júlio de Castilhos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00815.00053/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Juliana Maria Gongo. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. OBJETO: Procedimento Investigatório Permanente para fiscalização do



Centro de Reabilitação Resignificar. INVESTIGADO(S): Centro de Reabilitação Resignificar. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01868.000.987/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogério Meirelles Caldas. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. OBJETO: investigar a legalidade e a forma como se disponibiliza servidores e ambulâncias para eventos privados. INVESTIGADO(S): Prefeitura de Santa Vitória do Palmar. LOCAL DO FATO: Santa Vitória do Palmar.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01900.000.084/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapes. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Soares Indrusiak. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapes. OBJETO: Wagner Loester Elio Eymael? Inclusão Escolar. INVESTIGADO(S): Município de Cerro Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Cerro Grande do Sul. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de Março de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 118/2019

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00922.00050/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pablo da Silva Alfaro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. OBJETO: Apurar a deficiência na prestação dos serviços prestados pelos Agentes de Combate a Endemias e dos Agentes Comunitários de Saúde, em razão da falta desses agentes no Município de Uruguaiana", devendo figurar como investigado o Município de Uruguaiana. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Uruguaiana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01604.000.655/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Camaquã. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fabiane Rios. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 26. OBJETO: Relata a existência de um suposto asilo clandestino localizado na Rua Júlio de Castilhos, n. 1355, bairro Hípica. O mesmo diz que existem idosos que estão em situação de vulnerabilidade, muitos passando fome

e até mesmo sem beber água, o local fica fechado durante o dia todo. Solicita sigilo. INVESTIGADO(S): Vera Maria Dillmann Weege. LOCAL DO FATO: Camaquã.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00750.00001/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Criminal de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adrio Rafael Paula Gelatti. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final - 19. OBJETO: Representante: Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Caxias do Sul. OBJETO: Deficiência ou inexistência de atendimento especializado na área de psiquiatria e dispensação de receituário especial (controlado) para medicação psiquiátrica aos apenados do Presídio Regional de Caxias do Sul – PRCS. INVESTIGADO(S): Município de Caxias do Sul LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01606.000.214/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Esteio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karen de Vasconcellos Daubermann. CLASSIFICAÇÃO: 4º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Esteio. OBJETO: Fiscalização permanente do ILPI Lar Nossa Sra. de Lourdes (Cristiane Behenck Jacob - ME), instruído com cópia do PA n. 00768.00010/2015, que tramitou no SGP. INVESTIGADO(S): Cristiane Behenck Jacob, Cristiane Behenck Jacob - ME. LOCAL DO FATO: Esteio/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00019/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Averiguar a existência de funcionamento de Comunidade Terapêutica clandestina, localizada na Rua Flórida, n. 960, Parada 70, Nossa Chácara, em Gravataí/RS. INVESTIGADO(S): a Apurar. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00798.000.027/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguarão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Gonzalez Tavares. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão. OBJETO: Apurar possível irregularidade na piscina de uso coletivo do investigado. INVESTIGADO(S): CLUBE JAGUARENSE. LOCAL DO FATO: Rua 24 de Maio, n. 385, neste Município.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00798.000.026/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguarão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Gonzalez Tavares. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão. OBJETO: Apuração de eventual irregularidade na piscina de uso coletivo do Clube Harmonia. INVESTIGADO(S): CLUBE HARMONIA. LOCAL DO FATO: Jaguarão.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de Março de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



BOLETIM N. 107/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00033/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Acompanhar a implantação do PPCI na APADEV de Caxias do Sul/RS. INVESTIGADO(S): APADEV - Associação dos Pais Amigos e Deficientes Visuais de Caxias do Sul. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00034/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Acompanhar a implantação do PPCI na CIDEF e CLIFI (UCS) - Caxias do Sul/RS. INVESTIGADO(S): CIDEF e CLIFI (UCS) - Caxias do Sul/RS. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00035/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Acompanhar a implantação do PPCI na ARAMPA - Caxias do Sul/RS. INVESTIGADO(S): ARAMPA - Associação Regional de Deficientes Físicos. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00036/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Acompanhar a implantação do PPCI na APAE (sede) - Caxias do Sul/RS. INVESTIGADO(S): APAE - Caxias do Sul/RS. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01616.000.286/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcos Roberto Lamin. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apurar possíveis alagamentos ocorridos na Travessa Celso Gomes Araújo, n. 77, Bairro Frigorífico, em São Luiz Gonzaga/RS em decorrência da canalização irregular de esgoto. INVESTIGADO(S): Município de São Luiz Gonzaga. LOCAL DO FATO: Travessa Celso Gomes Araújo, n. 77, Bairro Frigorífico, em São Luiz Gonzaga/RS.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.00613/2011.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTORA DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º Cargo de Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Fiscalização permanente de instituição de longa permanência para idosos. INVESTIGADO(S): Silva Regina Barbosa da Silva. LOCAL DOS FATOS: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01538.000.573/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luis Cesar Gonçalves Balaguez. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório. OBJETO: Apurar eventual negligência do HSPV com relação à ocorrência de falecimento da Sra. Carla Fagundes da Cunha, ocorrido no dia 14/11/2018, após procedimento cirúrgico para fins de cesariana. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Osório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de Março de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

SÚMULAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
PR.00686.00066/2019-0

TIPO DE INSTRUMENTO: Convênio; OBJETO: Incentivar a contratação de adolescentes aprendizes oriundos de casas de acolhimento institucional – casas lar e abrigos; CONVENIENTES: Justiça Federal – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul; CNPJ: 05.442.380/0001-38 e 26.989.715/0035-51; VALOR DO REPASSE: Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de abril de 2019.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 29/2019

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 09 de abril de 2019, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO BARROS SILVA: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre: 01) Processo n. IC.01128.00055/2015: Objeto: classificação de sigilo reservado. Encaminhado por Promotoria de Justiça**



de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre: 02) Processo n. IC.01128.00225/2017: Objeto: averiguar como é mantido o sistema de notificação de lesões autoprovocadas do Hospital Nossa Senhora da Conceição. 03) Processo n. IC.01128.00226/2017: Objeto: averiguar como é mantido o sistema de notificação de lesões autoprovocadas da emergência (particular/convênios) do Hospital São Lucas da PUCRS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé:** 04) Processo n. IC.00718.00019/2017: Objeto: irregularidades em assentamentos em contrariedade ao plano nacional de reforma agrária. Investigados: Dalvir Zorzi (vereador), Hugo Trenchi Garcia Teixeira (vereador) e Irineu Engelmann (vereador). Local: Hulha Negra. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:** 05) Processo n. IC.00723.00027/2016: Objeto: averiguar a contratação da empresa Euzimar A. Nobre (Globo Esportes) sem precedente processo de licitação. Investigados: Município de Bento Gonçalves, Euzimar A. Nobre (Globo Esportes) e José Antônio Gava. Local: Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:** 06) Processo n. IC.00722.00007/2017: Objeto: investigar eventual dano ambiental decorrente do ateamento de fogo em vegetação nativa (araucárias). Investigado: Lex Empreendimentos Imobiliários Ltda. Local: Rua Santos Dumont, Bairro São João, Bento Gonçalves/RS. 07) Processo n. IC.00722.00036/2016: Objeto: averiguar dano ambiental face à inexistência de autorização ambiental para intervenção em área de preservação permanente. Investigados: Josué Carlet e Roque Vani. Local: Rua Aristides Bertuol, 2321, Bairro Barracão, Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul:** 08) Processo n. IC.00728.00005/2011: Objeto: apurar ocorrência de ilegalidade do funcionamento de casa geriátrica com atendimento a doentes mentais, sem separação física da estrutura e equipes de funcionários na casa geriátrica Lar Vida, Av. Brasil, n. 21, Cachoeira do Sul/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã:** 09) Processo n. IC.00732.00023/2017: Objeto: apurar eventuais irregularidades na constituição, financiamento, capacitação e administração do Corpo de Bombeiros Misto de Camaquã e o FUMREBOMCAM (fundo a ele relativo), inclusive quanto às formas de provimento seus servidores civis, podendo gerar prejuízos a este Município e sua população. 10) Processo n. IC.00732.00047/2011: Objeto: apurar possível irregularidade no fornecimento de água tratada para as localidades de Rincão do Facão e Capela Velha, no município de Chuvisca/RS, pelo Poder Público Municipal. **Encaminhado por Designação Excepcional - Paulo Estevam Costa Castro Araújo:** 11) Processo n. IC.00742.00017/2011: Objeto: investigar eventual dano ambiental e/ou desrespeito à legislação e às normas técnicas ambientais em vigor, em razão do desenvolvimento da atividade de extração de saibro pelo Município de Chapada, em área localizada na Linha São Francisco, interior do Município de Chapada/RS. Investigado: Município de Chapada. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Catuípe:** 12) Processo n. IC.00747.00013/2016: Objeto: dano ambiental ocasionado pela supressão irregular de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, em desacordo com a

legislação ambiental vigente. Local: Caçador, interior de Catuípe. Investigado: Diego Alberto Savariz. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta:** 13) Processo n. IC.00754.00009/2017: Objeto: apurar a falta de Plano de Proteção Contra Incêndio (PPCI) em oficina de chapeamento de Eliel e Algir Sieg de Souza, no Município de Boa Vista do Ingra. Investigados: Eliel de Souza e Algir Sieg de Souza. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha:** 14) Processo n. IC.00766.00011/2006: Objeto: caso Vira-Mato (Luís Carlos Soares), autorização de viagem do Prefeito a Cuba. Situação atual: Enviado à Promotoria de Portão. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio:** 15) Processo n. IC.00768.00009/2017: Objeto: apurar a existência de bueiros fechados na Avenida Castro Alves, em Esteio, mais especificamente em frente aos números 753 (ou 757), 773 e 827, sendo causa de possíveis alagamentos no trecho. Autor: Tânia Maria Rischter Teixeira e outros, conforme abaixo-assinado. Investigado: Município de Esteio. Local: Esteio/RS. 16) Processo n. IC.00768.00030/2017: Objeto: apurar possível lesão a interesse transindividual, em razão da existência de imóvel abandonado, na Rua Santo Antônio, n. 90, em Esteio. Requerentes: Alexandre Lemos Alves e outros. Investigado: Leonir Local: Esteio. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas:** 17) Processo n. IC.00780.00036/2016: Objeto: investigar eventual dano ao meio ambiente decorrente do tombamento de caminhão e semirreboque da empresa Transposul Transportes Ltda, em que houve vazamento da carga de glicerina, acarretando a morte/perecimento de vegetação nativa em estágio médio de regeneração natural, atingindo espécies como taquara, canela, e laranjeira do mato, em área de 0,04ha, fora de área de preservação permanente; a morte de aproximadamente 1500 peixes de um açude, atingindo espécies como traíra, carpa capim, lambari e tilápia; e a possível contaminação do Rio Bonito. Investigado: Transposul Transportes Ltda. Local: Município de Sertão/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Guaíba:** 18) Processo n. IC.00786.00008/2018: Objeto: apurar eventual falta de repasses de valores pelo Município ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Guaíba – Guaibaprev. Investigado: Prefeito Municipal José Francisco Soares Sperotto. Local: Guaíba/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 19) Processo n. IC.00814.00091/2015: Objeto: eventuais emissões sonoras e odoríferas em desacordo com a legislação, bem como descumprimento de licença ambiental, de responsabilidade da empresa Silbras Silicones e Abrasivos Ltda., situada na Rua Pau Brasil, n. 755 (esquina com a Rua Jacarandá), Bairro Ideal, em Novo Hamburgo. Investigada: Silbras Silicones e Abrasivos Ltda. Local: Rua Pau Brasil, n. 755, Bairro Ideal, em Novo Hamburgo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório:** 20) Processo n. IC.01212.00049/2017: Objeto: investigar atividade profissional sem o devido cadastro no órgão de classe, praticado pelo empreendimento AMV Medições, localizada na Avenida General Osório, n. 962, em Maquiné/RS, bem como o parcelamento clandestino do solo urbano (propiciado por essa



atividade). **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 21) Processo n. IC.00820.00051/2017: Objeto: prática de exercício irregular de atividade - clube recreativo sem licença de operação, na localidade da Rua Albino Lazzareti, 55, Bairro São Cristóvão, nesta cidade, tendo como investigada Associação dos Funcionários do Hospital São Vicente de Paulo e como o requerente 3º BABM. **Encaminhado por Designação Excepcional - Cristiane Cardoso:** 22) Processo n. IC.00820.00133/2018: Objeto: verificar a regularidade no atendimento de pessoas com sofrimento psíquico em residência particular. Local: Passo Fundo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 23) Processo n. IC.00820.00306/2014: Objeto: prática de dano à flora, corte irregular de árvores, localizado na cidade de Ernestina-RS, tendo como requerente o 3º BABM e como investigado Antonio Santos de Quadros. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo:** 24) Processo n. IC.01136.00028/2018: Objeto: acompanhar a regularização dos problemas estruturais junto à Escola Municipal de Educação Infantil Cantinho da Ritinha. Local: Passo Fundo. 25) Processo n. IC.01136.00043/2012: Objeto: verificação da existência e da eventual necessidade de disponibilização e/ou ampliação da oferta de ensino infantil (creche e pré-escola) no Município de Tupanci do Sul. Investigado: Município de Tupanci do Sul. Comarca: São José do Ouro. Local: Tupanci do Sul. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 26) Processo n. IC.00824.00044/2017: Objeto: acompanhamento da regularização - perante o GSVG - de empresa de vigilância não armada. Local: Pelotas/RS. Investigado: Radtke e Munaro Monitoramento de Alarme Ltda. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado:** 27) Processo n. IC.00827.00018/2014: Objeto: excesso de ruído gerado pelas atividades do estabelecimento MARAJAHS, localizado na Avenida Protásio Alves n. 629, em Pinheiro Machado, com incômodo para a vizinhança. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Porto Xavier:** 28) Processo n. IC.00944.00007/2015: Objeto: investigar a prática do corte seletivo de 10 (dez) árvores nativas em estágio médio de regeneração natural, ocorrido na Avenida Argentina, n. 975, Município de Porto Lucena, efetuado em desacordo com alvará florestal emitido pelo DEBIO/SEMA/RS. Investigado(s): Geson Leandro Cerri. Local do Fato: Porto Xavier. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande:** 29) Processo n. IC.00853.00004/2018: Objeto: apurar o cumprimento da legislação no atendimento de pessoas com deficiência visual nas agências da Caixa Econômica Federal na cidade do Rio Grande. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo:** 30) Processo n. IC.00855.00020/2014: Objeto: procedimento em ocorrência POA N. 2247116. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva:** 31) Processo n. IC.00857.00057/2015: Objeto: apurar dano ambiental consistente na supressão de vegetação nativa, através de desraizamento numa área de 0,333 (zero ponto trezentos e trinta e três) hectares, atingindo espécies de timbó, canela, açoita-cavalo, entre outras, fora de área de preservação

permanente, em estágio médio e avançado de regeneração, sem possuir licença do órgão ambiental competente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago:** 32) Processo n. IC.01223.00019/2011: Objeto: apurar possível ocorrência de dano ambiental na abertura de um valo medindo 4m de largura por 110m de comprimento para drenagem de uma área de banhado, ocorrido em propriedade particular, pertencente ao Sr. Maico José Tamiozzo, sem autorização do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. Maico José Tamiozzo. 33) Processo n. IC.01223.00030/2010: Objeto: apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente na destruição de mata nativa, na propriedade de José Ênio Freitas Rosado, situada na localidade de Passo do Valo, interior do Município de Capão do Cipó-RS, sem autorização do órgão ambiental competente. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo:** 34) Processo n. IC.00872.00016/2017: Objeto: averiguação da ocupação da margem esquerda do Arroio Santa Bárbara, Santo Ângelo, RS. Local: margem do Arroio Santa Bárbara, Santo Ângelo. Investigado: Irio Kessler. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santo Ângelo:** 35) Processo n. IC.01132.00002/2018: Objeto: investigar ocorrência de eventual irregularidade no procedimento administrativo de cessação de funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tiradentes, situada na zona rural do Município de Boa Vista do Ingra (localidade de Três Capões), adotado pelo Município de Boa Vista do Ingra. Local: Município de Boa Vista do Ingra – RS. Investigado: Município de Boa Vista do Ingra – RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha:** 36) Processo n. IC.00875.00002/2015: Objeto: investigar irregularidades na fabricação de doces da empresa Guimarães Indústria e Comércio Ltda. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto:** 37) Processo n. IC.00876.00002/2016: Objeto: a regularização da atividade de marcenaria e esquadrias de madeira sem o devido licenciamento ambiental, na Rua Miguel Mariotti, n. 105, município de Santo Augusto/RS. Investigado: Valdir André Fritzen. Local: Santo Augusto/RS. 38) Processo n. IC.00876.00003/2010: Objeto: apuração de eventual dano ambiental consistente em depósito de agrotóxicos, totalizando aproximadamente 1000 lt(mil litros) de produtos, em desacordo com a legislação ambiental, junto a estabelecimento comercial de insumos agrícolas no município de Santo Augusto. Investigado: Safras Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. Local do fato: Av. do Comércio, 1787, Santo Augusto/RS. 39) Processo n. IC.00876.00015/2013: Objeto: averiguação de danos causados a uma figueira (Ficus sp.) localizada no passeio público, em frente à propriedade do investigado, bem como a contaminação do solo por derramamento de óleo, efetuando com o intuito de danificar/matar a referida figueira. Investigado: Jeferson Gomes de Souza. Local: Rua Rio Branco, n. 268, Centro, Santo Augusto/RS. 40) Processo n. IC.00876.00063/2015: Objeto: apurar a ocorrência de dano ambiental, consubstanciado no envenenamento de um coqueiro nativo, sem autorização das autoridades competentes, no imóvel localizado na Avenida do Comércio, n. 602, Centro, Município de Santo Augusto/RS. Investigado: OI S.A., CNPJ n.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2583

76.535.764/0001-43, com sede na Rua do Lavradio, n. 71, 2º andar, CEP 20.230-070, Centro, Rio de Janeiro/RS. Local: Santo Augusto/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo:** 41) Processo n. IC.00887.00031/2017: Objeto: apurar irregularidades ocorridas na Casa de Passagem Nélio Steigleder, no município de São Jerônimo, que prejudicam a atenção básica às crianças e adolescentes institucionalizados, principalmente no tocante aos cuidados com a saúde dos protegidos; falta de instruções gerais aos novos servidores que ingressam na casa de passagem, inclusive com relação aos cuidados à saúde dos protegidos e à forma de comunicar irregularidades às chefias superiores e às autoridades públicas; ausência de registro de ponto eletrônico dos servidores da instituição, sendo registrados os horários de entrada e saída dos funcionários de forma insuficiente e sem as devidas observações; registro insuficiente e desorganizado do histórico clínico dos protegidos institucionalizados, do respectivo tratamento e de suas observações; e ausência de servidor com curso prático de prevenção e proteção contra incêndios. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires:** 42) Processo n. IC.00927.00001/2018: Objeto: possíveis irregularidades acerca da prestação de contas e realização de despesas sem autorização legislativa na Expobol/2012 - Feira Industrial, Comercial, Agropecuária e Shows de Boqueirão do Leão tendo como Investigados: João Davi Goergen e Joel André Conte, gestores municipais à época dos fatos, e Associação Comercial e Industrial de Boqueirão do Leão-ACIB. **RELATOR: CONSELHEIRO ARMANDO ANTÔNIO LOTTI:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 43) Processo n. IC.00833.00026/2008: Objeto: apuração de passivos ambientais decorrentes da atividade de silvicultura. 44) Processo n. IC.00833.00062/2015: Objeto: averiguar ocorrência de danos ambientais causados em área invadida, localizada na Estrada do Rincão, Bairro Restinga, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 45) Processo n. IC.01128.00128/2017: Objeto: averiguar o motivo da restrição do atendimento (superlotação e/ou contingenciamento) na emergência do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que atende serviços privados e por convênio de Porto Alegre. 46) Processo n. IC.01128.00130/2015: Objeto: averiguar a adequação/implementação do parto humanizado no Hospital Irmandade Santa Casa de Misericórdia, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde. 47) Processo n. IC.01128.00147/2017: Objeto: averiguar a demanda reprimida para cirurgia de reconstrução mamária. 48) Processo n. IC.01128.00213/2017: Objeto: averiguar a qualidade de atendimento prestado pelo serviço, recursos humanos disponíveis, especificação do público-alvo, número de vagas disponíveis, possibilidade de ampliação do atendimento e inserção na rede de atendimento do Programa de Redução de Danos - SMS. 49) Processo n. IC.01128.00248/2017: Objeto: averiguar a demanda reprimida de Ortopedia Geral Adulto na capital. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bagé:** 50) Processo n. IC.00718.00073/2015: Objeto: apurar eventuais ilegalidades nos contratos de prestação de serviços firmados entre a Fundação Geriátrica José e Auta Gomes e os idosos lá institucionalizados. Local: Município de Bagé. Parte: Fundação

Geriátrica José e Auta Gomes (Investigada). **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:** 51) Processo n. IC.00723.00015/2018: Objeto: averiguar notícia quanto a possíveis irregularidades (falta) no fornecimento de medicamentos pelo Estado do Rio Grande do Sul, o que vem acarretando prejuízos à saúde da população (Município de Bento Gonçalves - RS). Local: Bento Gonçalves - RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:** 52) Processo n. IC.00723.00004/2016: Objeto: averiguar denúncia de realização de serviços pela Associação Dr. Bartolomeu Tacchini sem prévio empenho, licitação, nem recursos financeiros. Investigado: Associação Dr. Bartholomeu Tacchini. Local: Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Simone Annes Keunecke:** 53) Processo n. IC.01127.00018/2013: Objeto: investigar a regularidade do estabelecimento Jeferson Borba de Lima, situado na Rua Guarany, 15, Cachoeirinha/RS, quanto ao Plano de Prevenção Contra Incêndio - PPCI, bem como a regularidade da empresa quanto à atividade desempenhada no Município. **Encaminhado por Designação Excepcional - Fabiane Rios:** 54) Processo n. IC.00732.00033/2016: Objeto: apurar a existência de ILPI clandestina sob responsabilidade de Lissandra Ribeiro Thurow, localizada na Rua Miguel Lopes de Almeida, N. 200, Bairro Jardim, Camaquã/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Érico Rezende Russo:** 55) Processo n. IC.00738.00007/2012: Objeto: apurar possíveis danos ao consumidor, à saúde pública em decorrência de possível exercício ilegal da profissão, em decorrência de prescrição de lentes corretivas por optometrista na Óptica Iris. Local: Canguçu-RS. Investigado: Óptica Iris. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa:** 56) Processo n. IC.00745.00016/2009: Objeto: Poluição Hídrica. Local: imediações da Rua Buarque de Macedo, Bairro Alfândega, município de Carlos Barbosa. Investigado: Município de Carlos Barbosa. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 57) Processo n. IC.00748.00038/2013: Objeto: Rua Airton Rodrigues da Costa N. 65, Bairro Reolon, Município de Caxias do Sul - ocupação de imóveis públicos ou privados, vias públicas ou bens de uso comum do povo. Partes: André Moreira Soares (Investigado). Local: Caxias do Sul/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Caxias do Sul:** 58) Processo n. PA.01135.00033/2014: Objeto: averiguação e fiscalização de PPCI'S e estruturas das escolas privadas de Caxias do Sul. Verificação de regularidade de funcionamento das escolas de educação infantil privada de Caxias do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta:** 59) Processo n. IC.00754.00006/2017: Objeto: apurar desvio de função da servidora Raquel dos Santos Dickel. Investigado: Município de Cruz Alta. 60) Processo n. IC.00754.00034/2015: Objeto: apurar possível irregularidade no procedimento licitatório Pregão Presencial n. 075/2013, instaurado pelo Município de Cruz Alta para adquirir um rolo compactador vibratório novo, destinado à Secretaria de Obras do Município de Cruz Alta. Investigado: Município de Cruz Alta. 61) Processo n. IC.00754.00037/2015: Objeto: apurar possível irregularidade no procedimento licitatório Pregão Presencial n. 062/2013, instaurado pelo Município de Cruz Alta para aquisição de uma



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2583

escavadeira hidráulica nova, destinada à Secretaria Municipal de Obras. Investigado: Município de Cruz Alta. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado:** 62) Processo n. IC.00760.00027/2015: Objeto: apurar as deficiências na prestação de serviços na área da saúde, face às sequelas sofridas pelos pacientes que realizaram cirurgia para correção da catarata no Instituto de Oftalmologia de Encantado. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim:** 63) Processo n. IC.00762.00059/2012: Objeto: apurar o destoque de 0,29 hectare de mata nativa, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 28 de dezembro de 2011, na Linha Carolina, em Barão de Cotegipe (RS), constando como investigado Gilson Sotili. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas:** 64) Processo n. IC.00780.00029/2015; 65) Processo n. IC.00780.00055/2014: Objeto: eventual ocorrência de ato lesivo ao meio ambiente e à saúde coletiva, em decorrência da criação de animais em área de propriedade da CORSAN onde há um poço de captação de água. Investigados: CORSAN e Pedro Serrão. Representante: Dorvalino Pasa. Local: Rua A - Lot. Aliança 1, próximo à Rua Padre Tiago, Estação, RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí:** 66) Processo n. PI.00784.00021/2018: Objeto: investigar a regularidade da prestação de serviço pela empresa contratada para manutenção do aparelho RAI0-X do SUE 24h. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 67) Processo n. IC.00783.00067/2014: Objeto: apurar eventual funcionamento irregular de atividades de desmontagem de veículos automotores terrestres, de acordo com a Lei 12977/2014 em Gravataí. Local: Av. Dorival Cândido Luz de Oliveira, 6450, Gravataí/RS. 68) Processo n. IC.00783.00097/2015: Objeto: apurar a ocorrência de possível perturbação do sossego pelo funcionamento da empresa Eco Projetos Construções Ltda., na Rua 25 de Julho, n. 1200, Gravataí/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha:** 69) Processo n. IC.00933.00004/2016: Objeto: apurar denúncia de perturbação da tranquilidade decorrente do uso ininterrupto de compressor e gerador de energia elétrica. Investigada: Santinelli Calçados Ltda., com sede na Rua Independência, n. 2440, Bairro Moinho, Igrejinha/RS. Local: Igrejinha/RS. 70) Processo n. IC.00933.00006/2015: Objeto: apurar possível dano ambiental pela supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente. Investigado: Ari Godoy Silveira. Local: Igrejinha/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Iraí:** 71) Processo n. IC.00796.00022/2015: Objeto: apurar eventual ato de improbidade administrativa pelo não cumprimento de determinação da justiça do trabalho (funcionários sem concurso público). Local: Município de Iraí. Nome: Volmir José Bielski (Prefeito de Iraí). **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão:** 72) Processo n. IC.00798.00006/2015: Objeto: apurar a ocorrência de esgoto a céu aberto na Rua Virgílio Pereira Lopas. 73) Processo n. IC.00798.00027/2009: Objeto: corte de árvores em praça pública. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro:** 74) Processo n. IC.01175.00027/2016: Objeto: apurar possível ato de improbidade administrativa na contratação, por

inexigibilidade de licitação, do Escritório de Advocacia Décio Itiberê Advogados Associados, pelo Município de Pareci Novo, assim como quanto à incidência do impedimento previsto no artigo 30, inciso I, na Lei n. 8.906/94. Investigados: Rafael Antônio Riffel (Prefeito Municipal de Pareci Novo), Escritório de Advocacia Décio Itiberê Advogados Associados (CNPJ n. 01.613.347/0001-72) e Décio Itiberê Gomes de Oliveira. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 6:** 75) Processo n. IC.00813.00041/2013: Objeto: intervenção em APP consistente em depositar aterro. Local: Rua Achilles Hofmann, em André da Rocha. Parte: Edenilson Ciota. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo:** 76) Processo n. IC.00815.00012/2017: Objeto: possíveis irregularidades na licitação LPN/2015 - contratação de obras para implantação do Parque Henrique Luís Roessler - Parcão. Partes: Município de Novo Hamburgo. Local: Novo Hamburgo. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 77) Processo n. PA.00814.00069/2017: Objeto: apurar possível venda de bebidas alcoólicas a menores pela Associação Atlético Guarani, situada na Rua Fernando de Noronha, n. 808, Bairro Guarani, Novo Hamburgo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 78) Processo n. IC.00820.00330/2009: Objeto: danos em área de preservação permanente. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 79) Processo n. IC.00824.00067/2016: Objeto: investigar poluição ambiental e ausência de licença de operação e alvarás de localização e de prevenção e combate contra incêndios, no que se refere à sede da Banda Carnavalesca Ki-Bandaço. Local: Pelotas/RS. Partes: Banda Carnavalesca Ki-Bandaço (investigado). 80) Processo n. IC.00824.00068/2018: Objeto: apurar omissão do Município frente à necessidade de supressão de exemplares de árvores com risco de queda em via pública. Partes: Investigado: Município e Pelotas. Local: Pelotas/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 81) Processo n. IC.00824.00116/2017: Objeto: supostas irregularidades consistentes no pagamento de horas extras a servidores ocupantes de cargos de chefia e na dispensa do registro do ponto. Partes: a definir. Local: Pelotas/RS. 82) Processo n. IC.00824.00147/2016: Objeto: apurar a contratação de profissionais para o SAMU sem concurso público. Local: Pelotas. Investigado: Município de Pelotas. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 83) Processo n. IC.00852.00146/2013: Objeto: apurar o credenciamento de laboratórios pela FEPAM para a realização dos laudos a serem apresentados para a comprovação do cumprimento de condicionantes ambientais no Município do Rio Grande/RS. Investigado: SM Teixeira. Local: Rio Grande. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito:** 84) Processo n. IC.00945.00020/2013: Objeto: lavra de extração de saibro sem licença de operação. **Encaminhado por Designação Excepcional - Paulo da Silva Cirne:** 85) Processo n. PI.00857.00030/2015: Objeto: informações sobre a Prefeitura e escola. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul:** 86) Processo n. IC.01139.00003/2016: Objeto: averiguar a situação do atendimento e oferta de vagas



na educação infantil do município de Sinimbu. **Encaminhado por Designação Excepcional - Everton Luís Resmini Meneses:** 87) Processo n. IC.01234.00085/2015: Objeto: apurar eventual irregularidade na obra de ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil Joca Paiva, localizada na Praça Oriovaldo Grecellé, nesta Cidade. 88) Processo n. IC.01234.00096/2016: Objeto: apurar denúncia de perseguição ocorrida para com o Sr. Maximiliano da Cunha Haag, na Secretaria Municipal de Saúde do Município, conforme processo 0008/2014 - da UCCI. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago:** 89) Processo n. IC.01223.00028/2012: Objeto: apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente no corte raso de onze árvores nativas (dez pitangueiras e um angico) e uma árvore frutífera (bergamoteira), em área de preservação permanente, situada na Localidade do Paraíso, interior do Município de Santiago, sem autorização do órgão ambiental competente. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo:** 90) Processo n. IC.00872.00047/2015: Objeto: verificar os danos ambientais ocorridos na propriedade do investigado. Local: Rincão dos Anjos, Interior do Município de Eugênio de Castro, RS. Investigado: Santo Valdir Menegol. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto:** 91) Processo n. IC.00876.00017/2016: Objeto: apuração de atos de improbidade, perpetrados pelo Prefeito Municipal, Evoli Neves da Silva, no período referente ao exercício de 2011, levando-se em conta a rejeição das contas, conforme Decreto Legislativo n. 01/2016. Investigado: Evoli Neves da Silva. Local: Inhacorá/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Borja:** 92) Processo n. PI.00879.00009/2018: Objeto: visando complementar as informações, bem como apurar elementos de identificação dos possíveis investigados e objeto instaura-se o presente Procedimento Preparatório, nos termos do artigo 8º do provimento n. 71/2017-PGJ. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Ouro:** 93) Processo n. IC.00889.00021/2015: Objeto: investigação por dano ambiental, pelo corte seletivo de 54 árvores nativas em estágio médio de regeneração, fora de área de preservação permanente (FAPP), em floresta nativa, sem possuir licença do órgão ambiental competente. Investigado: Antonio Ferreira da Silva. Local: Linha São Pedro - Cacique Doble/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim:** 94) Processo n. IC.00900.00027/2016: Objeto: investigar eventual risco a particulares decorrentes de equívocos na construção e na manutenção de um pontilhão, na Linha São Luiz, ligando os Municípios de São Valentim e Ponte Preta. **Encaminhado por Designação Excepcional - Amanda Giovanaz:** 95) Processo n. IC.00906.00031/2008: Objeto: corte de árvores nativas sem autorização do órgão competente. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade:** 96) Processo n. IC.00907.00047/2011: Objeto: apurar dano ambiental decorrente de destruição de espécies nativas em estágio inicial através de corte raso, sem licença do órgão ambiental. Local: Localidade de Água Branca, interior do Município de Mormaço/RS. Investigado: Arnaldo Fath. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 97) Processo n. IC.00931.00111/2017: Objeto: investigar o tempo excessivo

de espera para consultas na especialidade de Geriatria. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão:** 98) Processo n. IC.00930.00023/2017: Objeto: dano ao Lago Tarumã decorrente da falta de informação à população pela ausência de placas informando as leis de proteção ambiental e condutas vedadas na área, uso da Rua João Carlos Vialle Dias como "rota abusiva" de veículos e intervenções provocadas pelo aumento da especulação imobiliária no entorno da unidade de conservação municipal situada no Município de Viamão. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 99) Processo n. IC.00931.00027/2018: Objeto: investigar eventual prática de nepotismo no bojo da administração municipal, consistente na nomeação de servidores para o exercício do cargo comissionado. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO BANDEIRA PEREIRA:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Articulação/proteção de Porto Alegre:** 100) Processo n. PA.01411.01546/2017: Objeto: verificar suposta irregularidade na prestação de contas por parte da Associação de Moradores da Vila Cruzeiro do Sul/Amovics, que resultou na suspensão do convênio com a FASC. Local: Porto Alegre/RS. Requerido(a): Associação de Moradores da Vila Cruzeiro do Sul. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 101) Processo n. IC.00833.00049/2011: Objeto: apurar contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas em consequência da atividade de fábrica de armas "Forjas Taurus S.A", localizada na Av. do Forte n. 511, Vila Ipiranga, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 102) Processo n. IC.01128.00062/2016: Objeto: investigar eventuais irregularidades na ILPI Sociedade São Vicente de Paulo, localizada na Rua Almirante Barroso, 707, Bairro Floresta, nesta capital. 103) Processo n. IC.01128.00068/2014: Objeto: investigar a contratualização efetivada entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Hospital Parque Belém. Local: Porto Alegre. 104) Processo n. IC.01128.00074/2013: Objeto: verificar supostas irregularidades no atendimento prestado no Hospital Parque Belém. Requerente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Requeridos: SMS e CREMERS. 105) Processo n. IC.01128.00089/2016: Objeto: averiguar a infraestrutura da USF Viçosa e a necessidade de construção de nova sede. 106) Processo n. IC.01128.00102/2016: Objeto: averiguar a existência de leitos hospitalares de UTI em Porto Alegre e os Recursos Humanos instalados nas unidades. 107) Processo n. IC.01128.00164/2017: Objeto: averiguar a demanda reprimida para realização de consulta especializada de Cirurgia Vascular Varizes no Município. 108) Processo n. IC.01128.00205/2017: Objeto: averiguar a qualidade de atendimento prestado pelo Cais Mental Centro, especificação do público-alvo, número de vagas disponíveis, possibilidade de ampliação do atendimento. 109) Processo n. IC.01128.00215/2017: Objeto: averiguar a qualidade de atendimento, os recursos humanos disponíveis, a especificação do público-alvo, o número de vagas disponíveis, a possibilidade de ampliação do atendimento e inserção na Rede de Atenção Psicossocial da Equipe de Saúde Mental Adulto Partenon/Lomba do Pinheiro. 110) Processo n. IC.01128.00242/2017: Objeto: averiguar as ações desenvolvidas para o controle das coinfeções associadas à



tuberculose (HIV/AIDS e outras). 111) Processo n. IC.01128.00244/2017: Objeto: averiguar a Política Estadual de manejo da Hanseníase. 112) Processo n. IC.01128.00320/2017: Objeto: averiguar o não cumprimento da RDC n. 15/2012 pelos nosocômios e o modelo de fiscalização da CGVS no caso. 113) Processo n. IC.01128.00321/2017: Objeto: averiguar o não cumprimento da RDC n. 15/2012 pelos nosocômios e o modelo de fiscalização da CGVS no caso. 114) Processo n. IC.01128.00323/2017: Objeto: averiguar o não cumprimento da RDC n. 15/2012 pelos nosocômios e o modelo de fiscalização da CGVS no caso. 115) Processo n. IC.01128.00324/2017: Objeto: averiguar o não cumprimento da RDC n. 15/2012 pelos nosocômios e o modelo de fiscalização da CGVS no caso. 116) Processo n. IC.01128.00325/2017: Objeto: averiguar o não cumprimento da RDC n. 15/2012 pelos nosocômios e o modelo de fiscalização da CGVS no caso. 117) Processo n. IC.01128.00326/2017: Objeto: averiguar o não cumprimento da RDC n. 15/2012 pelos nosocômios e o modelo de fiscalização da CGVS no caso. 118) Processo n. IC.01128.00327/2017: Objeto: averiguar o não cumprimento da RDC n. 15/2012 pelos nosocômios e o modelo de fiscalização da CGVS no caso. 119) Processo n. IC.01128.00342/2017: Objeto: averiguar o não cumprimento da RDC n. 15/2012 pelos nosocômios e o modelo de fiscalização da CGVS no caso. 120) Processo n. IC.01128.00343/2017: Objeto: averiguar o não cumprimento da RDC n. 15/2012 pelos nosocômios e o modelo de fiscalização da CGVS no caso. 121) Processo n. IC.01128.00344/2017: Objeto: averiguar o não cumprimento da RDC n. 15/2012 pelos nosocômios e o modelo de fiscalização da CGVS no caso. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alegrete:** 122) Processo n. IC.00712.00006/2017: Objeto: investigar danos decorrentes da inexistência/inadequação de fluxo de atendimento às vítimas de abuso sexual menores de idade, desde sua oitiva na Delegacia de Polícia até eventual realização de perícia médica. Investigados: Município de Alegrete e Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social. Local do fato: Alegrete/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã:** 123) Processo n. IC.00732.00024/2017: Objeto: sigiloso. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí:** 124) Processo n. IC.00784.00005/2016: Objeto: apurar possíveis irregularidades na ILPI Recanto dos Eucaliptos, localizada na Rua Pereira Neto, 27, Parque dos Eucaliptos, Gravataí/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 125) Processo n. IC.00783.00073/2015: Objeto: investigar a realização de festas "Rave", sem licença ou autorização dos órgãos competentes, na Estrada dos Minuzzos, n. 1200, Gravataí/RS. 126) Processo n. IC.00783.00075/2014: Objeto: apurar irregular funcionamento de estabelecimento que comercializa produtos de origem animal, inclusive em descumprimento da decisão administrativa de interdição, além de outras infrações sanitárias e contra as relações de consumo, pelo estabelecimento DISTRISUL Comércio e Transporte de Carnes e Derivados Ltda. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Iraí:** 127) Processo n. IC.00796.00015/2013: Objeto: investigar a supressão de

vegetação nativa sem licença ambiental. Local: Linha Bela Vista, interior de Iraí. Nome: Juraci Valentim Ferreira. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos:** 128) Processo n. IC.00800.00014/2016: Objeto: investigar suposta omissão da Prefeitura em fazer fiscalização sanitária e tributária dos alimentos vendidos no município. Requerente: anônimo. Investigado: Município de Júlio de Castilhos. Local: Júlio de Castilhos. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 6:** 129) Processo n. IC.00813.00001/2016: Objeto: construção de alvenaria em área de APP, sem licença do órgão competente. Local: Linha Arroio dos Moreiras, Guabiju. Parte: Ivanir Peretti. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 130) Processo n. PI.00814.00072/2018: Objeto: apurar possíveis danos ambientais em decorrência de esgoto a céu aberto aos fundos do Condomínio Edifício Plaza Velazquez, situado na Rua Aluísio de Azevedo, n. 81, Bairro Vila Nova, nesta cidade. Investigado: a apurar. Local: Rua Aluísio de Azevedo, n. 81, Bairro Vila Nova, Novo Hamburgo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo:** 131) Processo n. IC.01136.00015/2018: Objeto: apurar a falta de segurança nas escolas da rede municipal de ensino de Passo Fundo. Local: Passo Fundo. Comarca: Passo Fundo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 132) Processo n. IC.00852.00026/2016: Objeto: averiguar venda de produtos com data de validade expirada no Supermercado Guanabara. Investigado: Supermercado Guanabara. Local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria:** 133) Processo n. IC.00865.00079/2016: Objeto: discriminação bancária a idosos. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Borja:** 134) Processo n. IC.00879.00026/2018: Objeto: Ofício 01140.00647/2016 da PJ Regional de Uruguaiana. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 17:** 135) Processo n. SD.00890.00005/2005: Objeto: averiguar a regularidade da EMEI Amor Perfeito. Local do fato: São Leopoldo. Partes: EMEI Amor Perfeito (investigado). 136) Processo n. SD.00890.00005/2015: Objeto: irregularidades na Escola de Educação Infantil. Local: São Leopoldo. Partes: Escola de Educação Infantil Ipê Amarelo (investigada). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim:** 137) Processo n. IC.00900.00019/2008: Objeto: apurar eventual ato de improbidade administrativa, quanto a irregularidades em relação à realização de concurso público no Município de Erval Grande/RS, Edital n. 01/2007. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão:** 138) Processo n. IC.00930.00034/2018: Objeto: maus tratos aos animais decorrente da existência de diversos cães com sarna e sem o tratamento adequado em uma residência na Rua Raquel Wolf, n. 159, Bairro Estalagem, em Viamão/RS. 139) Processo n. IC.00930.00054/2018: Objeto: dano ambiental decorrente do armazenamento e depósito irregular de óleos lubrificantes em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos (Grupo I da NBR n. 10.004 e Resolução 362/05 do CONAMA). **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE: Encaminhado por Designação**



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2583

Excepcional - Claudia Formolo Hendler: 140) Processo n. IC.00714.00002/2014: Objeto: apurar irregularidade ambiental decorrente de ampliação/funcionamento de açude em APP, com desvio de curso de água. Local: Município de Ipê. Parte: Adail Magro. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio:** 141) Processo n. PA.00715.00025/2014: Objeto: Termo de Declarações da Sra. Ivanir Dick - cuidados com os idosos (seus pais) Otmar Schneider e Regina Irna Schneider, solicitando intervenção do MP para a participação dos demais irmãos da declarante. Local: Rua João Antônio Rauber, 2574, Bairro Rio Barbosa. Nome das Partes. Requerente: Sra. Ivanir Dick. Protegida: Otmar Schneider e Regina Irna Schneider. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:** 142) Processo n. IC.00722.00082/2015: Objeto: averiguar possível loteamento irregular referente ao contrato registrado sob o n. 059699. Investigado: Anilvo Zanovello. Local: Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã:** 143) Processo n. IC.00732.00005/2016: Objeto: apurar a ausência de transporte fluvial adequando e com segurança por balsa, e a desativação/extinção do veículo de balsa então existente no local. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas:** 144) Processo n. PI.00740.00026/2018: Objeto: apurar possível prática de nepotismo no âmbito da Secretaria de Segurança Pública de Canoas (envolvendo os servidores Gilmar José Pedruzzi, Juniara Streb Rataieski, Alexandre Alberto Rocha e Camila Zanella Rocha), assim como irregularidades no cumprimento de carga horária do servidor José Eduardo Silveira da Silva e irregularidades na assinatura de "convênio" entre o Município de Canoas e a Fundação La Salle, para a contratação de serviços em burla ao concurso público e à Constituição Federal. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho:** 145) Processo n. IC.00743.00006/2017: Objeto: investigar eventual improbidade administrativa por violação ao dever da legalidade, pela contratação de servidores sem concurso público para as atividades-fim da Fundação Educacional e Tecnológica de Carazinho, no ano de 2014, em Carazinho/RS. Investigados: João Carlos Martins Pedroso e Roberto Klein (atual e ex-administrador, respectivamente, da Fundação Educacional e Tecnológica de Carazinho). Representante: Tribunal de Contas do RS. Local: Carazinho/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta:** 146) Processo n. IC.00755.00057/2016: Objeto: apurar possível ocorrência de má prestação de serviço público de saúde por parte dos profissionais que trabalham na Unidade de Pronto-Atendimento do Município de Cruz Alta - UPA. Investigada: Unidade de Pronto-Atendimento de Cruz Alta - UPA. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gramado:** 147) Processo n. IC.00782.00018/2016: Objeto: irregularidades da estrutura física para atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV (Projeto Sapeca). Local: Gramado, RS. Partes: Município de Gramado. 148) Processo n. IC.00782.00057/2013: Objeto: manutenção de espécie nativa sem o devido documento de origem florestal. Local: Av. do Trabalhador, s/n., Gramado, RS. Partes: Serraria Municipal de Gramado. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 149)

Processo n. IC.00783.00115/2012: Objeto: investigar reciclagem de resíduos sólidos sem autorização dos órgãos competentes. Investigado: Hilário Soares. Local: Henrique Closs, n. 140- Santa Tecla, Gravataí/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé:** 150) Processo n. IC.00788.00031/2004: Objeto: irregularidades na implantação de loteamento. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai:** 151) Processo n. IC.00811.00005/2006: Objeto: promover as medidas necessárias a combater construções irregulares feitas por moradores sobre a Rua Zico Lajus, paralela a pista do Aeroporto de Nonoai. Local do Fato: Bairro Aeroporto/Nonoai. Partes: Prefeitura Municipal de Nonoai. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 23:** 152) Processo n. IC.00875.00018/2017: Objeto: apurar as Condições da Escola de Educação Infantil Nana-Nenê. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo:** 153) Processo n. IC.01136.00019/2017: Objeto: apurar eventuais irregularidades no atendimento educacional prestado a crianças na residência de Rosenei Spézia Procedi, no município de Ilópolis. Investigada: Rosenei Spézia Procedi. Local: Ilópolis. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Restinga Seca:** 154) Processo n. IC.00851.00017/2015: Objeto: apurar a regularidade no exercício de empreendimento potencialmente poluidor, qual seja, lavagem de veículos, localizada na Rua Francisco Giuliani, n. 1172, Restinga Sêca-RS. 155) Processo n. IC.00851.00021/2015: Objeto: apurar a regularidade no exercício de empreendimento potencialmente poluidor, qual seja, lavagem de veículos, localizada na Rua Francisco Giuliani, n. 1330, Restinga Sêca-RS. 156) Processo n. IC.00851.00022/2009: Objeto: fiscalizar o cumprimento do acordo firmado nos autos da Ação Civil Pública, em defesa do Meio Ambiente, de obrigação de fazer e não fazer distribuída sob n. 147/1.09.0000252-0, originária do Inquérito Civil n. 00851.00005/2006, que investiga a degradação ambiental decorrente da supressão de vegetação ciliar das margens do Arroio Passo da Serraria e afluentes. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar:** 157) Processo n. IC.00870.00002/2013: Objeto: regularidade da contratação de estagiários pela Prefeitura de Santa Vitória do Palmar. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Ouro:** 158) Processo n. IC.00889.00061/2013: Objeto: crime ambiental corte de 03 pinheiros araucária angustifólia em área de preservação permanente. Investigado: Hilário Zonin. Local: Linha São Pedro, interior do município do Machadinho. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo:** 159) Processo n. IC.00890.00019/2016: Objeto: apuração de irregularidades na empresa investigada. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul:** 160) Processo n. IC.00897.00008/2014: Objeto: apura possíveis danos ambientais decorrentes da intervenção em paisagem natural e depósito irregular de resíduos em área de preservação permanente, na Rua Osvaldo Cruz, fundos, s/n., São Pedro do Sul, RS, tendo como investigado Luciano Nascimento Marques. 161) Processo n. IC.00897.00024/2016: Objeto: apurar eventuais irregularidades no cumprimento da carga horária pelos servidores públicos municipais lotados na Secretaria de



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2583

Educação. Investigado: Município de Quevedos. Data: Ano de 2015. Local dos Fatos: Secretaria Municipal de Educação de Quevedos-RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiranga:** 162) Processo n. IC.00901.00005/2016: Objeto: apurar corte de vegetação nativa na área localizada na Estrada do Passo da Cruz, n. 2525, Bairro Passo da Cruz, em Sapiranga/RS, conduta levada a efeito por Anderson dos Passos, Rogério Iaronka Rejane Terezinha Roth. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 9:** 163) Processo n. IC.00906.00013/2006: Objeto: verificar a extração irregular de minério (britagem e outros) pelo investigado. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 10:** 164) Processo n. IC.00910.00019/2017: Objeto: apurar denúncia contra o Prefeito Municipal e Vice-prefeito de Sentienla do Sul referente a contratações sem licitação para promover uma festa campeira nos dias 17, 18, e 19/03/2017. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 165) Processo n. IC.00931.00035/2016: Objeto: apurar eventuais maus tratos e/ou negligências perpetrados pela ILPI Santo Antônio e pelo Hospital Viamão em desfavor da idosa Gleda Moreira Proppe, inclusive como causa ou concausa de seu óbito, tendo as referidas instituições como investigadas. 166) Processo n. IC.00931.00059/2010: Objeto: apurar, no que tange à implementação da Assistência Farmacêutica do Município, as condições físico-estruturais, de recursos humanos, de recursos materiais e técnicos, de recursos financeiros e de dispensação do Centro de Distribuição de Medicamentos do Município de Viamão (relativo à Recomendação 19 do Relatório de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas do Estado). **RELATOR: CONSELHEIRO UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 167) Processo n. IC.00833.00005/2017: Objeto: avaliar possível desativação do Zoológico de Sapucaia do Sul, do CETAS e demais programas de responsabilidade daquela Instituição. 168) Processo n. IC.00833.00013/2013: Objeto: averiguar aterramento com supressão de vegetação em APP, na Rua dos Pescadores, 865, Ilha das Flores, nesta Capital. Requerente: Batalhão de Polícia Ambiental. Investigado: Sidnei Lopes da Silva. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 169) Processo n. IC.01128.00082/2016: Objeto: averiguar notícia de dificuldade para agendamento de consultas de retorno com médico urologista no CS IAPI. 170) Processo n. IC.01128.00106/2015: Objeto: averiguar eventual possibilidade de ocorrer solução de continuidade no fornecimento de matérias necessários aos ostomizados. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 171) Processo n. IC.01202.00245/2013: Objeto: investigar o Cumprimento do Calendário do Programa de Redução Gradativa do Trânsito de Veículos de Tração Animal (carroças) em Porto Alegre. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete:** 172) Processo n. IC.00711.00094/2013: Objeto: apurar o descumprimento da carga horária pelos servidores públicos do Poder Executivo Municipal de Alegrete. Local do fato: Alegrete/RS. Investigado: Poder Executivo Municipal de Alegrete. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Butiá:** 173) Processo n. IC.00938.00008/2009: Objeto: expediente

inaugurado para averiguar as notícias trazidas pelos reclamantes acerca da poluição sonora produzida pelo Bar do Lado, no centro de Butiá. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 174) Processo n. IC.00748.00014/2017: Objeto: ocupação irregular de área pública localizada no lote 16 da quadra 2806, situada no Loteamento Vila Ipê, no Bairro Santa Fé, em Caxias do Sul. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 175) Processo n. IC.00748.00105/2018: Objeto: apurar irregularidades quanto ao acesso à gratuidade, aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, do transporte coletivo público urbano, em desconformidade com o art. 39 da Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). Local: Caxias do Sul. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 176) Processo n. IC.00748.00116/2018: Objeto: venda de lotes em loteamento em implantação não registrado no Registro de Imóveis/ Loteamento irregular ou clandestino / Loteamento Industrial Forqueta, Lote 01 da Quadra C, matrícula n. 99.818 do CRI da 1ª Zona de Caxias do Sul. 177) Processo n. IC.00748.00122/2018: Objeto: loteamento irregular em área rural - área do imóvel Matrícula N. 107.561 do CRI da 2ª zona. 178) Processo n. IC.00748.00237/2013: Objeto: loteamento Sol Nascente - Loteamento Irregular. Partes: de Ofício (requerente) - Indeterminados (investigado). Local: Caxias do Sul. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gramado:** 179) Processo n. IC.00782.00007/2016: Objeto: supressão de vegetação nativa sem licenciamento ambiental, na área objeto da matrícula 26.613 do Registro de Imóveis de Gramado. Local: Gramado, RS. Partes: Diana Basei Jahn. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí:** 180) Processo n. IC.00784.00001/2018: Objeto: averiguar a existência de irregularidades na Comunidade Terapêutica Semeando por Fé. 181) Processo n. IC.00784.00029/2017: Objeto: existência de comunidade terapêutica localizada na Estrada Arlindo Scheren, PD 89 da RS-020. Comunidade Terapêutica Casa de Misericórdia. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 182) Processo n. IC.00783.00073/2012: Objeto: apurar a realização de obra não licenciada com supressão de vegetação nativa. Investigado: Cirineu Márcio Nor. Local: Rua Érico Gomes, S/N., Bairro Dom Feliciano, Gravataí/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata:** 183) Processo n. IC.00813.00008/2017: Objeto: Construção de quiosque, muro e escadaria em área de APP, sem licenciamento ambiental. Local: Povoado Zanetti, Nova Bassano. Parte: Giovani Piva. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 184) Processo n. IC.00820.00307/2014: Objeto: prática de dano em APP - localizada na Rodovia RS 138, Coxilha - RS, tendo como requerente o 3º BABM e como investigado Ivanir Remor. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo:** 185) Processo n. IC.01136.00005/2016: Objeto: apuração de irregularidades no funcionamento da Escola Estadual de Ensino Médio Protásio Alves. Investigado (s): Escola Estadual de Ensino Médio Protásio Alves; Estado do Rio Grande do Sul - 7ª Coordenadoria Regional de Educação. Local do fato:



Município de Passo Fundo/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 186) Processo n. IC.00852.00025/2016: Objeto: averiguar possível ilícito praticado contra o patrimônio público em função da inexistência de vínculo contratual entre a empresa COPESUL - Companhia Petroquímica do Sul - sucedida pela Braskem S.A e a SUPRG - Superintendência do Porto de Rio Grande/RS para a exploração da área descrita no contrato 1732/91, uma vez que desde o período final de vigência de tal avença, 31 de julho de 1997 até o dia 22 de abril de 2010, data da assinatura do termo de permissão de uso 01/2010, não havia qualquer sorte de instrumento a regular a utilização da área. Investigados: Braskem S/A e Suprg. Local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo:** 187) Processo n. IC.00887.00013/2016: Objeto: verificar a regularidade de funcionamento das casas noturnas no Município de Arroio dos Ratos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte:** 188) Processo n. IC.00888.00010/2003: Objeto: convênio entre o Hospital São Francisco - Programas de Saúde. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Luiz Gonzaga:** 189) Processo n. IC.00895.00002/2015: Objeto: informa o Conselho Tutelar, em síntese, as dificuldades encontradas em se deslocar para atender as ocorrências do município, ante a deficiência na disponibilidade de transporte. **Encaminhado por Designação Excepcional - Felipe Teixeira Neto:** 190) Processo n. IC.01336.00002/2013: Objeto: apurar dano ambiental regional em razão da omissão do Estado do Rio Grande do Sul em empreender esforços para demarcar a planície de inundação do Rio dos Sinos e dos seus afluentes, bem como para efetivar os usos compatíveis com esta demarcação. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 191) Processo n. IC.01348.00001/2011: Objeto: conservação da localidade denominada "Butiazais de Tapes". **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 192) Processo n. IC.01202.00224/2013: Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da existência de eventual loteamento irregular denominado Morada da Colina, localizado na Estrada Afonso Lourenço Mariante n. 4600 / 4700, nesta Capital. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre:** 193) Processo n. IC.00936.00013/2010: Objeto: suposto desmatamento em margem do Rio Jacuí, no município de Estrela Velha. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana:** 194) Processo n. IC.00937.00001/2015: Objeto: apurar a responsabilização civil referente ao dano ambiental consistente em executar atividade potencialmente poluidora – retificação de curso d'água, sem licença ou autorização do Órgão Ambiental Competente. O dano ambiental ocorreu na Localidade de Esquina Renz, interior do Município de Augusto Pestana/RS, sendo autor do dano e investigado Alessandro Wadas Zardin. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé:** 195) Processo n. IC.00718.00079/2018: Objeto: averiguar a supressão de árvore Tarumã, história e de 50 anos. Investigado: Município

de Candiota. Local: Candiota, RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:** 196) Processo n. IC.00722.00002/2018: Objeto: averiguar dano ambiental por exercer atividade potencialmente poluidora, sem licença ambiental. Investigado: Jovani Eitelven. Local do Fato: Av. São Roque, 548, Bairro São Roque, Bento Gonçalves/RS. 197) Processo n. IC.00722.00043/2018: Objeto: acompanhar o abastecimento de água potável na RS 431. Investigada: Corsan. Local: Bento Gonçalves/RS. Representante: Serena de Souza. 198) Processo n. PI.00722.00003/2019: Objeto: averiguar a construção da rede de abastecimento de água potável. Investigada: Corsan - Unidade Bento Gonçalves. Local do fato: Bento Gonçalves/RS. 199) Processo n. PI.00722.00046/2018: Objeto: averiguar a legalidade da desafetação de bens públicos para alienação. Investigado: Município de Bento Gonçalves. Representante: Henrique Alfredo Caprara. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã:** 200) Processo n. IC.00732.00006/2009: Objeto: verificar danos ambientais em decorrência de lançamento de resíduos na atmosfera e irregularidades no funcionamento do empreendimento, consistentes em falta de licença para funcionamento de engenho de arroz sem parboilização; contrariedade no manejo de resíduos sólidos ao disposto na NBR 12.235; falta de licença para descarte de resíduos de cascas e cinza das cascas de arroz; vestígios de queima de resíduos sólidos próximo à sanga do Passinho; falta de aparatos de contenção de resíduos em rampa de lavagem; depósito de pneus a céu aberto; falta de licença ambiental para atividades de mecânica, abastecimento de veículos; irregularidades no manejo de óleos lubrificante; lançamento de resíduos líquidos na Sanga do Passinho através de um cano de concreto, tendo como investigada a Empresa Santa Lúcia Alimentos S/A, situada na BR 116, KM 394, Distrito Industrial, Camaquã/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas:** 201) Processo n. IC.00740.00020/2018: Objeto: apurar a permanência de pessoas menores de idade no estabelecimento situado na Avenida Farroupilha, 7676, Canoas-RS, bem como eventual fornecimento de bebidas alcoólicas a menores de idade no interior do estabelecimento. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Caxias do Sul:** 202) Processo n. IC.00748.00127/2017: Objeto: denúncias contra o Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM/SAUDE em face de alegadas renúncia de receita; má administração pelo uso indevido do plano de saúde por ex-beneficiários; má administração quanto ao limite de cobertura do plano; irregularidade em contratações de cargos em comissão para assistência médica; irregularidades e impossibilidade de controle pelo Conselho Gestor de critérios e atos ref. arts. 19 e 20 da Lei Complementar Municipal 298/07; irregularidades na Assistência Financeira aos associados; violação do princípio da publicidade dos atos administrativos do IPAM; omissão na criação da Diretoria de Serviços de Saúde; falhas nas auditorias externas; ressalvas apresentadas pelo Conselho Fiscal quando da análise das contas de 2008 e 2009 do IPAM foram ignoradas pela Direção do IPAM; não cumprimento do recadastramento dos usuários do plano; ausência de auditoria interna; irregularidade na remoção de pacientes; precariedade de controles contábeis e de informática do IPAM; falta de fiscalização pelo serviço de



vigilância sanitária no IPAM; custeio administrativo confuso entre o IPAM SAUDE e o FAPS; falta de controle de utilização particular do telefone pelos servidores do IPAM SAUDE e do FAPS; falta de controle de entrada e saída de material do IPAM; outros problemas de gestão, direção e estruturais do Plano de Saúde do IPAM. Partes: Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul - SINDISERV (representante); IPAM (investigado). Local: Caxias do Sul/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim:** 203) Processo n. IC.00763.00035/2017: Objeto: averiguar a ocorrência de possíveis irregularidades e atos impróprios na facilitação de concessão de licenças ambientais pelo licenciador ambiental e empresa contratada pelo Município de Barra do Rio Azul para análise técnica dos projetos de licenciamentos, sendo os projetos realizados pelo próprio sócio-proprietário da empresa contratada pelo Município por meio de colaboradores e/ou amigos com o conhecimento e aval do licenciador municipal. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gramado:** 204) Processo n. IC.00782.00003/2014: Objeto: supressão de vegetação nativa, em área de declividade, dentro da Poligonal Mata Atlântica para fins de abertura de estrada com cerca de 2,5m de largura por 200m de comprimento, tudo sem licença do órgão ambiental competente, bem como lançamento irregular de esgoto sem tratamento. Local: Sossego do Major Gramado Hotel Pousada, na Rua Acácia Negra, 700, Gramado, RS. Partes: Sossego do Major Gramado Hotel Pousada Ltda - ME. 205) Processo n. IC.00782.00007/2010: Objeto: aterro de materiais in natura, provenientes da construção do anel viário. Local: Rua Egídio Beloto, n. 100. Partes: Raquel Simone da Silva, Luiz Fernando Watzlawick, Prefeitura Municipal de Gramado, Bazzan Terraplenagem e Detonações Ltda. e Bazzan Construções e Detonações Ltda. 206) Processo n. IC.00782.00017/2016: Objeto: investigação de eventual irregularidade legal e ambiental para a realização de operação e empreendimentos situados na Linha 28 e objeto da Ata da 7ª Reunião Extraordinária do COMDEMA. Local: Gramado, RS. Partes: Município de Gramado; Sierra Móveis Ltda. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 207) Processo n. IC.00783.00077/2015: Objeto: apurar a omissão do Poder Público na manutenção da Rua Dolores Caldas, Morada do Vale I, em Gravataí/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo:** 208) Processo n. IC.00820.00026/2014: Objeto: verificar a aplicação dos valores estabelecidos para o piso salarial do magistério público do município de Capão Bonito do Sul. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 209) Processo n. IC.00820.00034/2016: Objeto: prática de danos à flora - descapoeiramento, na localidade de Camping Bavária, interior de Ernestina, tendo como investigado Vilmar Batista Bellenzier e como requerente o 3º Grupo Ambiental do Município de Carazinho. 210) Processo n. IC.00820.00051/2016: Objeto: prática de dano em APP - açude ou construção irregular e supressão de mata nativa, na localidade Vila Colussi, interior, nesta cidade, tendo como investigado Leandro Colussi Oliva e como requerente Elisagela Tramontina. 211) Processo n. IC.00820.00059/2015: Objeto: denúncia do GESP de danos em APP - supressão de vegetação e depósito de terra a menos de cinco metros de um

banhado e drenagem e canalização da área úmida, localizada na Perimetral Leste, Av. Guaraci Barroso Marinho, margem direita do Arroio Santo Antônio e o proprietário seria New House Inc. e Adm Ltda. 212) Processo n. IC.00820.00173/2017: Objeto: prática de danos em APP - construção irregular - localizado na Barragem do Capingui, no município de Mato Castelhano, tendo como investigado Zigomar Zanin e como requerente o 3º BABM. 213) Processo n. IC.00820.00274/2014: Objeto: prática de uso irregular de produto tóxico, localizada na cidade de Mato Castelhano, tendo como investigado Belarmino Saggiorato. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Pelotas:** 214) Processo n. IC.00825.00006/2018: Objeto: investigar possíveis irregularidades em atendimento de saúde, cometidos, em tese, pelo Laboratório Novara e Clínica e Pronto Socorro Cruz de Prata, localizados em Pelotas/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo:** 215) Processo n. IC.00855.00023/2012: Objeto: visa apurar poluição sonora e a perturbação ao sossego dos moradores da Rua Dr. João Pessoa, no município de Rio Pardo (RS), por conta do estabelecimento comercial "Tenis Club", em relação aos bailes realizados aos finais de semana. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria:** 216) Processo n. IC.00864.00003/2012: Objeto: não atendimento ao Estatuto da Cidade pelo Plano Diretor de Santa Maria (Lei Complementar Municipal n. 034/2005), no tocante à ausência de demarcação das áreas sujeitas à utilização compulsória. Investigado: Município de Santa Maria. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria:** 217) Processo n. IC.00865.00032/2015: Objeto: indevida internação de adultos doentes mentais em ILPIs em Santa Maria. Local: Santa Maria. Investigados: Instituições de Longa Permanência de Santa Maria. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar:** 218) Processo n. IC.00870.00002/2015: Objeto: apurar a apropriação de um aparelho celular pertencente à Prefeitura de Santa Vitória do Palmar e a utilização, para fins particulares, de linha telefônica custeada pelos cofres públicos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago:** 219) Processo n. IC.01223.00008/2012: Objeto: apurar possível ocorrência de dano ambiental em razão do corte e da supressão de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente, em área de preservação permanente, atingindo 110m² e danificando área de banhado e nascentes, na propriedade de José Adolfo Caetano Rigon, em área urbana, em Itacurubi/RS, com o uso de maquinário da Prefeitura Municipal de Itacurubi e com a finalidade de prolongamento da via urbana e/ou de construção de um condomínio residencial. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Borja:** 220) Processo n. IC.00879.00024/2018: Objeto: sigiloso. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho:** 221) Processo n. IC.00906.00012/2008: Objeto: fiscalizar entidades privadas que recebem recursos públicos. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 9:** 222) Processo n. IC.00906.00011/2015: Objeto: apurar supostas irregularidades no funcionamento dos estabelecimentos "Porão Club", "Clube Comercial" e "Life Club Centro Serra",



mormente a inexistência de alvarás de prevenção e combate a incêndio. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade:** 223) Processo n. IC.00907.00008/2018: Objeto: apurar a falta de abastecimento de água potável na Localidade de Vila Assis, em Fontoura Xavier. Investigados: Município de Fontoura Xavier/RS e CORSAN. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 224) Processo n. IC.00915.00120/2016: Objeto: apurar situação de risco das famílias residentes na localidade em Santa Terezinha Praia Clube, em Imbé. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Coroas:** 225) Processo n. IC.01130.00016/2015: Objeto: exercício de atividade potencialmente poluidora sem o devido licenciamento ambiental. Local: Rua Armino Walter, n. 702, Vila Nova, Três Coroas. Partes: Everaldo da Silva Braz. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 226) Processo n. IC.01128.00065/2016: Objeto: investigar eventuais falhas nas medidas adotadas pela CGVS em casos de infringência da RDC da ANVISA a respeito das câmaras de bronzeamento artificial. 227) Processo n. IC.01128.00356/2017: Objeto: averiguar a disponibilidade de leitos de isolamento na rede hospitalar do Município. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 228) Processo n. IC.01202.00077/2015: Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de supostas irregularidades no reassentamento dos moradores da Av. Tronco, nas Vilas Divisa/Cristal, nesta Capital. Investigado: Município de Porto Alegre. Interessada: Coletividade. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul:** 229) Processo n. IC.00726.00020/2011: Objeto: apurar possível prática comercial abusiva - Agenciamento Funerário. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta:** 230) Processo n. IC.00754.00038/2015: Objeto: apurar possível lesão aos cofres públicos a partir das contratações efetivadas pelo ente municipal através dos procedimentos licitatórios n. 03/2003 e n. 08/2008, realizados por meio da Carta Convite n. 03/2003 e Carta Convite n. 06/2008. Investigado: Município de Pejuçara. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos:** 231) Processo n. IC.00757.00004/2016: Objeto: investigar possíveis irregularidades na administração do Instituto de Saúde e Educação Vida - ISEV Unidade Dois Irmão/Hospital São José. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio:** 232) Processo n. IC.00768.00016/2018: Objeto: apurar irregularidade do estabelecimento denominado Baterias e Pneus Vilson, localizado na Av. Presidente Vargas, 2939, em Esteio. Anotem-se, como requerente, João Lisboa, e como investigados, Baterias e Pneus Vilson e Vilson Hermes da Fonseca, Local Esteio. 233) Processo n. IC.00768.00034/2010: Objeto: investigar a captação de água subterrânea sem licença do órgão ambiental. Autor: Município de Esteio. Investigado: Nadir Celívio Klein. Local: Esteio. 234) Processo n. IC.00768.00054/2010: Objeto: investigar a captação de água subterrânea sem licença do órgão ambiental. Autor: Município de Esteio. Investigado: Roberto Fragoso de Souza. Local: Esteio. **Encaminhado por 2º**

Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gramado: 235) Processo n. IC.00782.00014/2016: Objeto: investigar a eventual ocupação de área pública do loteamento Ipê Amarelo (Rua Zilertal). Local: Gramado, RS. Partes: Associação dos Moradores do Loteamento Ipê Amarelo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí:** 236) Processo n. IC.00784.00073/2017: Objeto: apurar irregularidades na instituição Risco Zero Atendimentos Médicos de Urgência Ltda. – base P2 – Gravataí. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí:** 237) Processo n. IC.00794.00014/2017: Objeto: apurar e possibilitar a reparação do dano ambiental decorrente do incêndio ocorrido no local delimitado pelas coordenadas geográficas 28°14'21,55"S e 53°48'24,44"O, em área de preservação permanente (banhado), na propriedade imóvel do investigado, situada na Localidade denominada de Linha 15 Norte, no interior do Município de Ajuricaba (RS). Investigado: Mauro Alfredo Mattioni. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai:** 238) Processo n. IC.00811.00007/2015: Objeto: dano ambiental. Utilização de fogo em área de vegetação nativa, em local fora de APP, atingindo a extensão de 3.0há (30.000m²) de área degradada (queimada). O uso irregular de fogo provocou a destruição parcial da vegetação nativa do estágio inicial de regeneração, com formação predominante de 'capoeira', afetando espécies de gramíneas, vassoura, fumeiro-bravo e canela existentes no local. Verificação em 20-08-2014. 239) Processo n. IC.00811.00008/2013: Objeto: intervenção em Área de Preservação Permanente (banhado) sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Antonio Carlos Almeida. Local: Linha Canhada Funda, Nonoai-RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 240) Processo n. IC.00814.00113/2016: Objeto: apurar possíveis riscos à saúde dos consumidores causados pelo restaurante Mokai Sushi Lounge Bar (localizado na Rua Gomes Portinho, n. 924, em Novo Hamburgo), em razão da utilização de poço artesiano irregular, bem como a poluição sonora ocasionada pelo compressor de ar do poço artesiano. Investigado: Mokai Sushi Lounge Bar. Local: Rua Gomes Portinho, n. 924, em Novo Hamburgo. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Pelotas:** 241) Processo n. IC.00825.00001/2017: Objeto: apurar possíveis irregularidades no serviço de Urologia prestado pelo Município de Pelotas/RS, consistentes em negativa e demora nos atendimentos em tal especialidade. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo:** 242) Processo n. IC.00855.00124/2009: Objeto: visa apurar eventual dano ao patrimônio histórico de Rio Pardo, em face do estado de deterioração do Sobrado João Pereira Monteiro, situado na Rua Andrade Neves, esquina com a Rua Dr. João Pessoa, inserido no inventário do patrimônio histórico do Rio Grande do Sul sob o número PRS.00.0051.00062. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito:** 243) Processo n. IC.00945.00037/2013: Objeto: intervenção em Área de Preservação Permanente. Local: Ametista do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva:** 244) Processo n. IC.00857.00023/2013: Objeto: poluição hídrica através do lançamento de efluentes líquidos (soro) em curso d'água,



causando a morte de peixes. Local: Rua Elpídio Paiz, n. 127, Bairro Industrial, Sananduva- RS. Investigado: Indústria de Laticínios Camozzato Ltda. e Itamar Antônio Camozzato. Requerente: Patram – São José do Ouro. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul:** 245) Processo n. IC.00861.00025/2018: Objeto: apurar irregularidades na atuação funcional de Supervisora Técnica da COPAME, em razão de, em tese, omitir-se em adotar as providências necessárias a assegurar o direito à saúde e à vida de criança, com ordem de acolhimento desde o seu nascimento, na condição de guardiã. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul:** 246) Processo n. IC.00861.00036/2015: Objeto: apurar a regularidade das condições de criação de cães e gatos em caráter de abrigo, na propriedade da Sra. Carmem Teresinha Theisen, administradora da Sociedade Amigos do Peito, na Rua Padre Réus, n. 110, no Município de Santa Cruz do Sul/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo:** 247) Processo n. IC.00872.00005/2018: Objeto: averiguar a regularidade de lavagem de veículos. Local: Rua Sete Povos, n. 585, Bairro Oliveira, Santo Ângelo-RS. Investigado: Jonas de Almeida Menezes. 248) Processo n. IC.00872.00007/2019: Objeto: verificar a denúncia de destruição de vegetação nativa sem licença. Local: Rincão dos Anjos, Interior, Eugênio de Castro/RS. Investigado(a): Elson Rodolfo Wrasse. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha:** 249) Processo n. IC.00875.00028/2015: Objeto: apurar o corte de vegetação nativa sem o devido licenciamento ambiental. 250) Processo n. IC.00875.00031/2015: Objeto: apurar a construção irregular de obra em área de preservação permanente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja:** 251) Processo n. IC.00878.00007/2018: Objeto: corte de árvores nativas e queima de galhos das referidas árvores sem Licença Ambiental. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis:** 252) Processo n. IC.00881.00003/2013: Objeto: inquérito civil que investiga possível prática de dano ambiental por poluição sonora, tendo como investigada a Igreja Evangélica Cristo é a Solução. Município de São Francisco de Assis/RS. Ano 2013. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Ouro:** 253) Processo n. IC.00889.00064/2013: Objeto: crime ambiental por supressão de vegetação nativa, sem licença ambiental. Investigado: Tiago Luiz Sartori, Linha Área Pimentel, interior do município de São José do Ouro. Local: Linha Área Pimentel, interior do município de São José do Ouro. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 17:** 254) Processo n. IC.00890.00019/2018: Objeto: acompanhar a regularização no transporte disponibilizado aos alunos de São Leopoldo. Local: São Leopoldo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga:** 255) Processo n. IC.00894.00064/2011: Origem: Comunicação de Ocorrência 223/078/08-11 do 2ºGPA (PATRAM), recebida em 17/08/11. Objeto: investigar possível prática dos crimes ambientais dos artigos 48, 55 e 60 da Lei n. 9.605/98, atribuídos aos investigados. Local do Fato: Interior do Município de São Luiz Gonzaga. Investigado: Município de São Luiz Gonzaga/RS - CNPJ: 87613022/0001-

05. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul:** 256) Processo n. IC.00897.00038/2014: Objeto: apurar eventual omissão do Poder Público Municipal na elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo determinado pela Lei Federal n. 12.594/2012, tendo como investigado o Município de Dilermando de Aguiar. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim:** 257) Processo n. IC.00900.00019/2016: Objeto: investigar a omissão do município em elaborar e implementar o plano municipal de atendimento socioeducativo e o decorrente eventual prejuízo ao atendimento aos adolescentes deste município. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade:** 258) Processo n. IC.00907.00014/2014: Objeto: apurar as adequações do acesso aos prédios públicos aos portadores de necessidades especiais. Investigado: Estádio Municipal Aldo Porto. 259) Processo n. IC.00907.00134/2014: Objeto: apurar possível dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa, sem o devido licenciamento ambiental, no Município de Barros Cassal/RS. Investigado: Renato Silveira Lazzaretti. Local: Centro do Município de Barros Cassal, ao lado do União Piscina Clube. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 260) Processo n. IC.00915.00033/2017: Objeto: danos ambientais causados em razão do descumprimento da Licença de Instalação no Condomínio Lagune Living Resort. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tupanciretã:** 261) Processo n. IC.00920.00018/2014: Objeto: impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 262) Processo n. IC.00931.00019/2017: Objeto: investigar possível prática do ato de improbidade administrativa, previsto no art. 10, V, da Lei 8.429/93, por meio da contratação da empresa New Line, por parte do Município de Viamão, por preço superior ao praticado pelo mercado. **RELATOR: CONSELHEIRO EDUARDO BERNSTEIN IRIART:** **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:** 263) Processo n. IC.00723.00011/2010: Objeto: averiguar possíveis irregularidades no atendimento pelo SUS junto à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Bento Gonçalves. **RELATORA: CONSELHEIRA DIRCE CARVALHO SOLER:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 264) Processo n. IC.01128.00140/2017: Objeto: averiguar a implantação do Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública – Brasil Livre da Tuberculose e as ações decorrentes adotadas pelos órgãos públicos e privados. 265) Processo n. IC.01128.00141/2017: Objeto: averiguar a implantação do Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública – Brasil Livre da Tuberculose e as ações decorrentes adotadas pelos órgãos públicos e privados. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre:** 266) Processo n. IC.01217.00006/2014: Objeto: (IPCH) - Concessão de uso da cantina do Instituto Penal de Charqueadas. **Encaminhado por Designação Excepcional - Cláudia Formolo Hender:** 267) Processo n. IC.00714.00005/2004: Objeto: averiguar doação ilegal de britas/pedras. Local e Partes: Municípios de Antônio Prado/RS e Ipê/RS. **Encaminhado por 2º Promotor**



de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves: 268) Processo n. IC.00723.00021/2017: Objeto: apurar a comercialização de carne e outros alimentos impróprios para o consumo humano e/ou armazenados de forma inadequada em desatendimento às normas sanitárias. Investigado: Açogue Silvério Ltda. Local: Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 26:** 269) Processo n. IC.00731.00001/2015: Objeto: apurar irregularidades na fiscalização, inspeção e adequação dos veículos utilizados no transporte escolar público de estudantes na Localidade de Banhado do Colégio no Município de Camaquã. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho:** 270) Processo n. IC.00743.00003/2017: Objeto: investigar eventual improbidade administrativa em relação aos pagamentos vinculados ao evento Festival Seara da Canção, por indevida dispensa de licitação, por pagamento de material e serviço não recebido e por adiantamento de valores a Secretário Municipal, em Carazinho, RS. Local: Carazinho/RS. Investigado: Vitor Antônio Xavier de Moraes. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 271) Processo n. IC.00748.00110/2018: Objeto: possíveis abusividades contratuais na prestação de serviços de internet e telefonia. Partes: Procon Caxias do Sul (representante), Bitcomnet Tecnologia em Transmissão de Dados Ltda. (investigada). Local: Caxias do Sul/RS. 272) Processo n. IC.00748.00129/2018: Objeto: poluição sonora. Partes: Luciano Capeletti (representante); Igreja Assembleia de Deus (investigado). Local: Caxias do Sul/RS. **Encaminhado por 6º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Caxias do Sul:** 273) Processo n. IC.00748.00174/2014: Objeto: fiscalização do atendimento, pelo investigado, de todos os itens da Recomendação expedida pelo Ministério Público em 02/03/2009 nos autos do IC.00748.00203/2007 (ponto dos médicos). Partes: Município de Caxias do Sul (investigado). Local: Caxias do Sul - RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 274) Processo n. IC.00748.00193/2015: Objeto: parcelamento clandestino do solo, praticado por Eliana Bossardi, consistente em desmembramento de área de posse, ocorrido em área urbana não cadastrada, que faz divisa com porção da Quadra 4411 e com a Quadra 5263, junto ao prolongamento não oficial da Rua Padre João Leonir Dall Alba. Representante: De ofício. Investigado: Eliane Bossardi. Local: Caxias do Sul. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta:** 275) Processo n. IC.00754.00023/2012: Objeto: apurar possíveis irregularidades no exercício de atividade potencialmente poluidora sem autorização do órgão ambiental competente, pela empresa localizada na rodovia Luciano Furian, 3601, cidade de Cruz Alta. Investigado: ZT Comercial Agrícola Ltda. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta:** 276) Processo n. IC.00754.00038/2017: Objeto: apurar possível ato de improbidade administrativa por Geovane de Freitas da Silva Marangon, que teria recebido salário sem comparecer aos serviços na Câmara de Vereadores de Cruz Alta/RS, entre os anos de 2014 e 2016. 277) Processo n. IC.00754.00049/2012: Objeto: apurar possível prática de ato improbidade administrativa praticado pelo auditor fiscal estadual Auri

Martins, na cidade de Cruz Alta. Investigado: Auri Martins. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim:** 278) Processo n. IC.00763.00015/2018: Objeto: investigar a ocorrência de possível ato de improbidade administrativa e/ou dano ao erário no contrato de transporte escolar, em especial a alteração do objeto contratado além dos permissivos legais, não formalização dos respectivos termos aditivos, realização de pagamentos em desacordo com o contrato e sem qualquer justificativa, precariedade dos controles internos e ausência de fiscalização do serviço executado, que podem ter resultado em pagamentos indevidos. 279) Processo n. IC.00763.00020/2018: Objeto: investigar a ocorrência de possível ato de improbidade administrativa e/ou dano ao erário no contrato de transporte escolar, em especial a alteração do objeto contratado além dos permissivos legais, não formalização dos respectivos termos aditivos, realização de pagamentos em desacordo com o contrato e sem qualquer justificativa, precariedade dos controles internos e ausência de fiscalização do serviço executado, que podem ter resultado em pagamentos indevidos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha:** 280) Processo n. IC.00766.00022/2012: Objeto: verificar possível contratação de empresa para pesquisa eleitoral, com possibilidade de pagamento sem empenho, por parte da administração do Município de Estância Velha. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio:** 281) Processo n. IC.00768.00012/2017: Objeto: apurar eventual lesão aos direitos dos consumidores, consistente no fornecimento de serviços de artes marciais por profissional inabilitado, pelo Centro de Artes Marciais Unabomber Team, localizado na Rua Padre Cicero, n. 98, bairro São José, em Esteio, bem como a irregularidade do estabelecimento. Requerente: Karen de Vasconcellos Daubermann. Investigado: Centro de Artes Marciais Unabomber Team e Centro de Artes Marciais Unabomber Team. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gramado:** 282) Processo n. IC.00782.00034/2013: Objeto: loteamento licenciado pelo Município de Gramado/RS, com ocorrência de desmatamento da mata nativa em suposto topo de morro. Investigados: Itah Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Município de Gramado. Local: Rua das Papoulas, Condomínio Vila Nova de Gaia, Gramado,RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Iraí:** 283) Processo n. IC.00796.00001/2017: Objeto: apurar irregularidades no hotel internacional, sem alvará de PPCI e sem autorização para uso de poço. Local: Rua Valzumiro Dutra, Hotel Internacional. Nome: Cristina Silva e Elisabete Beinlich Ltda. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaqui:** 284) Processo n. IC.00797.00015/2013: Objeto: emissão de material particulado e fuligem diretamente na atmosfera. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marau:** 285) Processo n. IC.00806.00004/2015: Objeto: apurar eventual dano ambiental, consistente na destruição, mediante ação mecanizada, de Floresta Ombrófila Mista, pertencente ao Bioma da Mata Atlântica, com vegetação em estágio médio a avançado de regeneração natural, atingindo espécies como Canela, Camboará, Rabo de Bugio, Angico, Cedro, entre outros, em área aproximada de 3,1 hectares, atingindo área considerada de preservação permanente, sem licença do



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2583

Órgão Ambiental competente. Local: Localidade de São José dos Ricci, interior do Município de Marau/RS. Investigado: Claudiomiro Tibola. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro:** 286) Processo n. PA.01175.00037/2018: Objeto: inexistência de cobrança de impostos de munícipes selecionados, no Município de Salvador do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai:** 287) Processo n. IC.00811.00045/2012: Objeto: promover a recuperação da Área de Preservação Permanente ocupada pelo investigado, às margens do lago da Usina Hidrelétrica de Passo Fundo. Partes: Roberto Somera. Local: Trindade do Sul/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 6:** 288) Processo n. IC.00813.00009/2017: Objeto: falta de acessibilidade do Centro Empresarial Vicência Paulo aos usuários portadores de mobilidade reduzida. Local: CCIC de Nova Prata. Local: Av. Cônego Peres, 612, Nova Prata. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo:** 289) Processo n. PA.00815.00129/2018: Objeto: acompanhamento da documentação referente ao repasse de verba pela prefeitura a entidades que não possuem registro no CMDCA/NH. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 290) Processo n. IC.00820.00002/2018: Objeto: prática de exercício irregular de atividade - lavagem de veículos, localizado na Rua Aspirante Jenner, 335, Bairro Santa Maria, nesta cidade, tendo como investigado Kristian Raphael Ferreira Terezio e como requerente 3º BABM. 291) Processo n. IC.00820.00175/2017: Objeto: danos em APP - construção irregular - localizado na Barragem Capingui, no Município de Mato Castelhamo, tendo como investigado Leonardo da Silva Gabriel e como requerente o 3º BABM. 292) Processo n. IC.00820.00191/2017: Objeto: prática de danos à flora - poda drástica de árvores, na localidade da Rua das Araucárias, Lote 15, Quadras 12 e 14, morada além do horizonte, nesta cidade, tendo como investigado José Carlos de Avila Lemes e como interessado João Luiz Cougo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo:** 293) Processo n. IC.01136.00111/2011: Objeto: verificação da existência e da eventual necessidade de disponibilização e/ou ampliação da oferta de ensino infantil (creche e pré-escola). Investigado: Município de Áurea. Comarca: Gaurama. Local: Áurea. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Pelotas:** 294) Processo n. PI.01134.00007/2018: Objeto: investigar eventual omissão da direção do Colégio São José em adotar medidas de prevenção e mediação adequada do conflito escolar surgido entre grupo de alunos da instituição e o Professor José Augusto dos Santos Júnior, especialmente na reclamação de que tal docente, em sala de aula, assumia posturas homofóbicas e discriminatórias. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande:** 295) Processo n. IC.00853.00053/2017: Objeto: apuração da regularidade e da prática de poluição sonora nos estabelecimentos situados na Av. Silva Paes, n. 63 e 59 e na Rua Coronel Sampaio, n. 199, nesta cidade. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 296) Processo n. IC.00852.00014/2018: Objeto: averiguar notícia de possível crime ambiental no empreendimento Super Pier. Investigado:

Super Pier. Local: Rio Grande/RS. 297) Processo n. IC.00852.00145/2013: Objeto: apurar regularidade nas condições de funcionamento e possível desatendimento de método na realização de exames, que acarreta possibilidade de que os resultados sejam questionados. Investigados: SM Teixeira, Timac Agro Ind., Fepam. Local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo:** 298) Processo n. IC.00855.00011/2008: Objeto: visa apurar a propagação sonora gerada pelo Clube Literário e Recreativo, situado na Rua Andrade Neves, n. 317, neste Município, que vem afetando moradores de residências próximas. 299) Processo n. IC.00855.00019/2014: Objeto: Boletim de Ocorrência 778708. OF. 82/2014. 300) Processo n. IC.00855.00052/2011: Objeto: visa apurar extração de recursos minerais sem licença ambiental praticada pela empresa EMPA e DAER em terras de Doraci Marquette. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul:** 301) Processo n. IC.00861.00005/2016: Objeto: apurar a regularidade da Secretaria de Obras e Viação do Município de Sinimbu, situada próximo às margens do Arroio São João, no tocante ao licenciamento ambiental para o manejo com o produto perigoso e contaminador do meio ambiente (óleo lubrificante) no emprego do maquinário, possível contaminação do Arroio, bem como às adequações necessárias na estrutura da Secretaria. **Encaminhado por Designação Excepcional - Everton Luís Resmini Meneses:** 302) Processo n. IC.01234.00012/2017: Objeto: apurar os fatos relativos à criação irregular de porcos pelo Sr. Miguel Angelo Ribeiro de Freitas, em Santana do Livramento, RS. 303) Processo n. IC.01234.00077/2015: Objeto: apurar as condições de trabalho dos funcionários da Prefeitura Municipal de Santana do Livramento e do Departamento de Água e Esgotos - DAE, em face das más condições notificadas pela Comissão Permanente de Infraestrutura da Câmara Municipal de Vereadores deste Município. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Gabriel:** 304) Processo n. PI.00883.00036/2018: Objeto: apurar possível dano ambiental consistente na construção de barramento em curso hídrico, sem licença de órgão competente, na localidade invernadinha, Rincão Claro, interior do município de São Gabriel. **Encaminhado por Designação Excepcional - André Luiz Tarouco Pinto:** 305) Processo n. IC.00889.00029/2009: Objeto: danos à flora: corte de 03 (três) pinheiros brasileiros nativos, totalizando 7,35 m3 de madeira e o corte de 01 (um) folhosa, totalizando 0,45 m3 de madeira, fora da área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: Tiago Pegorini. Local: Linha Sagrada Família, interior do município de Barracão - RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga:** 306) Processo n. IC.00894.00011/2011: Objeto: apurar a ocorrência de danos ambientais decorrentes da extração de cascalho, em 2 áreas, sendo 1 em APP, sem a devida licença ambiental. Origem: Comunicação de Ocorrência Ambiental n. 223/097/08-10. Investigado: Carlos Alberto Gomes Vilanova. Local dos fatos: localidade de Rincão do Biguá, no interior do Município de Bossoroca-RS. 307) Processo n. IC.00894.00032/2018: Objeto: apuração de eventual ato de improbidade administrativa. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade:** 308) Processo n. IC.00907.00040/2017: Objeto:



apurar possível dano ambiental decorrente da abertura de 88 metros de vala em área de banhado, na Localidade de Capão Rico, interior de Soledade/RS. Investigado: Nelson Dupont. Local: Soledade/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapejara:** 309) Processo n. IC.00908.00034/2015: Objeto: investigar eventual ato de improbidade administrativa, consistente na concessão de auxílios e terrenos para instalação de empresas em área industrial. Local do Fato: Município de Santa Cecília do Sul. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Teutônia:** 310) Processo n. IC.00953.00008/2016: Objeto: Memo-CIRC. N. 004/2016 oriundo da Corregedoria-Geral do Ministério Público. Objeto: acompanhar a implantação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo no Município de Teutônia. Investigado: Município de Teutônia - RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 311) Processo n. IC.00914.00028/2017: Objeto: corte de vegetação nativa e abertura de estrada, bem como canalização de curso d'água e criação de peixes exóticos sem qualquer licença ou autorização do órgão competente, em propriedade inserida na APA do Silveirão, na Estrada Geral, s/n., Morro do Silveirão, Mampituba/RS. Investigado: José de Oliveira. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana:** 312) Processo n. IC.00922.00027/2013: Objeto: apurar as condições em que atuam os recicladores de materiais do Lixão de Uruguaiana. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria:** 313) Processo n. IC.00924.00112/2014: Objeto: sigiloso. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 314) Processo n. IC.00931.00039/2012: Objeto: apurar eventual lesão a direitos difusos e coletivos relacionados à segurança e incolumidade física das pessoas que se utilizam da Praia da Varzinha (Itapuã) como área de recreação e lazer, bem como a não adoção, por parte dos investigados, de providências objetivando equacionar os conflitos relativos à utilização desse bem de uso comum do povo, em especial a demarcação e fiscalização, de modo ostensivo, das áreas destinadas à pesca profissional ou amadora, à prática de desportos, à recreação e ao lazer (art. 24, VI, IX e XII, e art. 30, I, II e VIII, ambos da Constituição Federal, art. 233 da Constituição do Estado do RS, art. 2º da Lei Estadual n. 8.676/88, Decreto Estadual n. 49.245, de 18/06/2012, Lei Estadual n. 12.050/2003). **RELATORA: CONSELHEIRA KARIN SOHNE GENZ:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Articulação/proteção de Porto Alegre:** 315) Processo n. SD.01411.00010/2015: Objeto: apurar eventuais irregularidades praticadas pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), quando do retorno de crianças e adolescentes evadidos do serviço de acolhimento institucional de Porto Alegre/RS. Local: Porto Alegre. Investigado: Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 316) Processo n. IC.00833.00020/2013: Objeto: apurar a construção desautorizada de uma piscina e de um galpão no imóvel na Rua dos Pescadores n. 2830, Ilha das Flores, nesta Capital, no interior do PEDJ. 317) Processo n. IC.00833.00056/2017: Objeto: apurar a ilegalidade da resolução CONSEMA 314/2016 diante da Lei Federal 12.651/12 e da Lei Federal

11.428/06. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 318) Processo n. IC.01128.00115/2016: Objeto: investigar eventual falta de médicos plantonistas no Centro Obstétrico Mario Totta, localizado no Hospital Santa Clara. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre:** 319) Processo n. IC.01217.00042/2014: Objeto: falta de atendimento médico na Penitenciária Estadual de Charqueadas. **Encaminhado por Rede Ambiental Gravataí:** 320) Processo n. IC.01337.00007/2014: Objeto: apurar a ocorrência de erosão no Rio Gravataí, em especial no Banhado Grande. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada:** 321) Processo n. IC.00935.00043/2017: Objeto: apurar eventuais irregularidades no Pregão Eletrônico n. 13/2016, para a aquisição e colocação de playground em escolas. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio Grande:** 322) Processo n. IC.00716.00014/2015: Objeto: apurar irregularidades no Loteamento Alvorada, localizado na Avenida Perimetral s/n, no Município de Arroio Grande. Investigado: Victor Fernando Lucena Cardozo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã:** 323) Processo n. IC.00732.00068/2011: Objeto: apurar possíveis irregularidade no COMACA - Conselho Municipal do Meio Ambiente de Camaquã, no que se refere à instalação de Canil/Gatil em Camaquã. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas:** 324) Processo n. IC.00739.00032/2012: Objeto: apurar possível improbidade administrativa, decorrente de favorecimento Chefe imediato a sua cônica subordinada na administração pública municipal (Guarda Municipal). Partes: Fábio Lucio Reis Ferreira e Michele Martins Nunes (investigados). Local: Canoas. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim:** 325) Processo n. IC.00762.00003/2018: Objeto: verificar a regularidade do Edital de Concorrência Pública n. 09/2016, no que concerne ao saneamento básico e cumprimento da legislação ambiental, tendo como investigado o Município de Erechim. 326) Processo n. IC.00762.00033/2017: Objeto: apurar irregularidades na infraestrutura dos Loteamentos Poltronieri I, II e III no Município de Erechim/RS, tendo como investigados o Município de Erechim e Vilsom Antônio Poltronieri, e, como representante Secretaria Municipal de Obras e Habitação do Município de Erechim. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas:** 327) Processo n. IC.00780.00024/2012: Objeto: investigar eventual lesão aos servidores públicos municipais de Sertão, em decorrência do não-fornecimento dos equipamentos de proteção individual minimamente necessários para o exercício de suas funções. Investigado: Município de Sertão. Local: Sertão, RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro:** 328) Processo n. IC.01175.00016/2014: Objeto: sigiloso. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório:** 329) Processo n. IC.01212.00029/2017: Objeto: investigar loteamento clandestino com construções irregulares em Área de Preservação Permanente, localizado na Rua Pedreira Nordeste, Bairro Laranjeiras, em Osório/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça**



Especializada de Santiago: 330) Processo n. PI.01221.00004/2015: Objeto: apurar eventuais irregularidades no funcionamento, como, por exemplo, ausência de Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios, ausência de Alvará Sanitário de Fiscalização pela Vigilância Sanitária. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo:** 331) Processo n. IC.00873.00017/2017: Objeto: apura denúncia de possível irregularidade na composição da junta de controle interno do município de Santo Ângelo/RS. Parte: Município de Santo Ângelo (investigado). Local: Santo Ângelo/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo:** 332) Processo n. IC.00872.00299/2007: Objeto: apurar possível poluição sonora, decorrente de sons elevados produzidos pelas máquinas de impressão instaladas pela gráfica A Tribuna Regional. Local: Rua Monte Castelo, n. 68, no Município de Santo Ângelo. Investigado: Jornal A Tribuna Regional. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 333) Processo n. IC.00882.00083/2016: Objeto: investigar a existência e funcionamento de casa de prostituição, vulgo Cabana, na região central, Rua Santos Dumont, N. 343, de São Francisco de Paula. 334) Processo n. IC.00882.00086/2016: Objeto: apurar a intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) da Margem Sul do Reservatório do Salto, supostamente na posse de Vladimir José Loss. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel:** 335) Processo n. IC.00884.00014/2014: Objeto: apurar irregularidades na execução do contrato da empresa Gussil, prestadora de serviços terceirizados ao Município de São Gabriel/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo:** 336) Processo n. IC.00767.00007/2015: Objeto: apurar possível violação ao direito fundamental de educação, no que concerne a não cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB. Autor: Ministério Público, Ex Ofício. Investigado: Município de Esteio. Local: Esteio/RS. 337) Processo n. IC.01175.00060/2017: Objeto: apurar irregularidades na composição e prestação de contas do CACS – FUNDEB, bem como a falta de professores nas turmas de berçário das EMEIS do Município de Montenegro. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho:** 338) Processo n. IC.00906.00017/2015: Objeto: apurar irregularidades cometidas na gestão de José Valdemar Santana Filho (ex-prefeito de Lagoa Bonita do Sul), consistente no desaparecimento de procedimentos licitatórios referentes ao ano de 2012, dentre eles, processos de inexigibilidade n. 05, 06 e 10; dispensas de licitação n. 03, 04, 06, 10, 12, 13, 14, 27 e 28; pregão presencial n. 01, 05, 08, 10, 14, 15, 17, 21 e 26; sendo que em relação aos processos carta convite foram localizados apenas os de n. 10, 17 e 21, conforme memorando interno encaminhado pelo Setor de Compras e Licitação da Prefeitura. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade:** 339) Processo n. IC.00907.00049/2012: Objeto: apurar dano ambiental decorrente de estabelecimento potencialmente poluidor, integrante do setor de beneficiamento de pedras preciosas e semipreciosas. Local: BR 386, KM 245, 2493, Município de Soledade/RS. Investigado: Pedras da Natureza Ind. e Com. e Exp. de

Pedras Ltda. **Encaminhado por Designação Excepcional - Felipe Teixeira Neto:** 340) Processo n. IC.00911.00001/2007: Objeto: desatualização do balanço hídrico, a obstaculizar inúmeras atividades no âmbito de toda Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. Local: Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. Investigado: Estado do Rio Grande do Sul. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 341) Processo n. IC.00931.00014/2013: Objeto: verificação dos meios de comunicação à população acerca dos serviços em saúde mental oferecidos em Viamão e, em especial, sobre a possibilidade de acesso, por meio do SUS, às comunidades terapêuticas, bem como do relacionamento integrado e contínuo (fluxo) dos órgãos da rede pública de saúde visando ao atendimento do cidadão, tendo como investigados o Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Viamão. 342) Processo n. IC.00931.00017/2016: Objeto: apurar situação de enfermarias superlotadas, pacientes em péssimas condições de higiene, sem banho por dias, fraldas sujas que não são trocadas, pacientes sem cuidados básicos de enfermagem, medicações prescritas que não são administradas por desleixo ou por falta de estoque. 343) Processo n. IC.00931.00083/2014: Objeto: apurar potencial dano difuso e coletivo do direito à saúde da população viamonense em decorrência da irregularidade do serviço de colocação e troca de sonda na Unidade de Saúde Orieta. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

MARTHA WEISS JUNG,

Promotora-Assessora.

AVISO N. 30/2019

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 09 de abril de 2019, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO ARMANDO ANTÔNIO LOTTI: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 01) Processo n. IC.01128.00073/2014: Objeto: investigar possíveis irregularidades no que tange à acessibilidade de todas as estações Trensurb em Porto Alegre. **RELATORA: CONSELHEIRA KARIN SOHNE GENZ: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campina das Missões:** 02) Processo n. IC.00940.00007/2016: Objeto: investigar dano ambiental consistente na extração de minérios (terra e cascalho) em um aclave ao lado da estrada rural que liga os municípios de São Paulo das Missões e Salvador das Missões, sendo que a área da extração compreende aproximadamente 2.900m², sem licença ambiental e sem autorização do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), na Linha Ipê, zona rural de



São Paulo das Missões/RS, tendo como investigado o Município de São Paulo das Missões/RS. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 31/2019

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 09 de abril de 2019, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO BANDEIRA PEREIRA: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 01) Processo n. 01631.000.017/2019: Objeto: possível comercialização de produto impróprio ao consumo em Dona Francisca. 02) Processo n. 01631.000.018/2019: Objeto: possível comercialização de produto impróprio ao consumo em Dona Francisca. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 03) Processo n. 01413.000.605/2018: Objeto: poluição sonora causada pela casa noturna denominada Núcleo, localizada na Av. Cristovão Colombo, n. 9, Bairro Floresta, nesta Capital. Razão Social: LC Silva - ME. 04) Processo n. 01633.000.420/2017: Objeto: averiguar ocorrência de poluição sonora causada pelo bar "Rock Soul". **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 05) Processo n. 01629.000.062/2018: Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística tendo em vista as más condições de conservação de quadra poliesportiva da praça localizada na Rua 1 Cefer II, ao lado do número 140 (Igreja Perpétuo Socorro), Vila Cefer II. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas:** 06) Processo n. 01770.000.405/2018: Objeto: a CORSAN está desenvolvendo o Programa Água, vida e cidadania que tem por escopo regularizar ligações clandestinas em áreas com ocupações consolidadas, abrangendo todos os municípios atendidos pela Corsan em que haja autorização pelo município para abastecimento de água em núcleos urbanos informais eleitos pela companhia. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi:** 07) Processo n. 01686.000.989/2018: Objeto: informações do CT local sobre festa particular com consumo de bebidas alcoólicas por adolescentes. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 08) Processo n. 01629.000.549/2018: Objeto: colocação de catraca em coletivos urbanos como risco à segurança dos passageiros. 09) Processo n. 01631.000.040/2019: Objeto: possível

comercialização de produto impróprio em Bento Gonçalves. 10) Processo n. 01631.000.041/2019: Objeto: possível produção e/ou comercialização de combustíveis (Gasolina Tipo C Comum) impróprio ao consumo no Município de Cristal/RS. 11) Processo n. 01631.000.097/2017: Objeto: demora acima do prazo estabelecido em norma para efetuar ligação de energia elétrica. 12) Processo n. 01631.001.549/2018: Objeto: prática abusiva - cobrança com utilização de meio constrangedor. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ivoti:** 13) Processo n. 01696.000.062/2018: Objeto: investigar a regularidade do Loteamento Pedras de Areia II, localizado em Lindolfo Collor. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão:** 14) Processo n. 01698.000.448/2017: Objeto: estabelecimento com documentação irregular - Notificado pela Brigada Militar - Corpo de Bombeiros. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai:** 15) Processo n. 01798.000.147/2017: Objeto: não informado. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Teutônia:** 16) Processo n. 01906.000.343/2017: Objeto: denúncia enviada pela internet - aterro em área de preservação permanente, no Bairro Cidade Baixa, município de Paverama, próximo à Sociedade Aliança. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 17) Processo n. 01591.000.166/2018: Objeto: fiscalização e implementação de sistema individual de tratamento de esgoto doméstico nas residências situadas no Residencial Lagoa da Itapeva, no Município de Arroio do Sal/RS. **RELATOR: CONSELHEIRO ALTAMIR FRANCISCO ARROQUE: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio Grande:** 18) Processo n. 01716.000.190/2017: Objeto: classificação de sigilo reservado. **RELATOR: CONSELHEIRO UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis:** 19) Processo n. 00929.000.340/2018: Objeto: sepultamento pessoas em Cemitério não licenciado e nem autorizado pelo Município de Veranópolis. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 20) Processo n. 00832.000.175/2019: Objeto: produto impróprio - comercialização de arroz marca D'Oura em desacordo com as normas. 21) Processo n. 01631.000.009/2019: Objeto: possível produção e comercialização de Combustíveis (Etanol Hidratado Comum) impróprio ao consumo no Município de Três Cachoeiras/RS. 22) Processo n. 01631.001.274/2018: Objeto: descumprimento da Lei do Call Center - Decreto 6523/08. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 23) Processo n. 01623.000.004/2017: Objeto: classificação de sigilo reservado. 24) Processo n. 01623.000.346/2018: Objeto: classificação de sigilo reservado. 25) Processo n. 01623.000.835/2018: Objeto: classificação de sigilo reservado. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana:** 26) Processo n. 01720.000.057/2017: Objeto: apurar a responsabilização civil pelo dano ambiental consistente em crime contra a flora (destruição de vegetação nativa no Bioma Mata Atlântica, sem autorização do Órgão Competente). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito:** 27) Processo n.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2583

01750.000.161/2018: Objeto: apurar irregularidades quanto ao funcionamento de oficina sem Licença de Operação. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno**: 28) Processo n. 01650.000.134/2018: Objeto: investigar possível infração ambiental consistente em construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, na Rua Zero Hora, em Nova Palma, RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Feliz**: 29) Processo n. 01445.000.370/2017: Objeto: notícia de eventual exercício irregular da profissão praticado por Graciane Estevo e poluição sonora decorrente das atividades. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gaurama**: 30) Processo n. 01766.000.502/2018: Objeto: denúncia prestação de serviço terceirizado por servidor (Centenário). **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Horizontina**: 31) Processo n. 01652.000.080/2017: Objeto: apurar eventual fraude no exercício de plantão médico. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha**: 32) Processo n. 01654.000.265/2018: Objeto: classificação de sigilo reservado. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão**: 33) Processo n. 01698.000.690/2018: Objeto: vistoria de rotina realizada pela SMS - Vigilância Sanitária no Minimercado Máximus - Estabelecimento interditado. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório**: 34) Processo n. 01538.000.006/2018: Objeto: investigar a construção de uma casa de madeira, bem como atividade de camping, em área de preservação permanente, localizada na ERS 484, n. 2040, Linha Pinheiro, em Maquiné/RS, tudo sem licença ambiental. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera**: 35) Processo n. 01898.000.076/2018: Objeto: compareceu Lírio Riva entregando informação e mídia com denúncia de corte de árvore nativa no Município de Colorado. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Teutônia**: 36) Processo n. 01906.000.248/2018: Objeto: apurar dano ambiental na instalação de filial de supermercado - com açougue e padaria - da Cooperativa Languiru em área de preservação permanente (APP) na Rua Salgado Filho, 378, Bairro Canabarro, em Teutônia/RS. Origem: Ofício n. 239/2018 do Município de Teutônia de Licença de Operação à empresa Cooperativa Languiru para atividade de supermercado em prédio construído em APP. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos**: 37) Processo n. 01912.000.070/2018: Objeto: cópia integral do Processo Administrativo n. 7391/2017. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ**: **Encaminhado por Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios**: 38) Processo n. 01623.001.038/2018: Objeto: classificação de sigilo reservado. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório**: 39) Processo n. 01538.000.305/2018: Objeto: atendimento ao comunicante Antônio que informou a possível existência de loteamento irregular. **RELATORA: CONSELHEIRA DIRCE CARVALHO**

SOLER: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre: 40) Processo n. 01631.000.014/2019: Objeto: possível comercialização de produto impróprio ao consumo em Bento Gonçalves. 41) Processo n. 01631.000.015/2019: Objeto: possível comercialização de produto impróprio ao consumo em Farroupilha. 42) Processo n. 01631.002.489/2018: Objeto: possível produção e comercialização de combustíveis (Óleo Diesel S10 comum) impróprio ao consumo no Município de Santana do Livramento/RS. **Encaminhado por Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios**: 43) Processo n. 01413.000.201/2018: Objeto: investigar possíveis irregularidades na realização das provas do Concurso Público n. 02-2018, Edital de Abertura n. 01-2018, do Grupo Hospitalar Conceição, realizado pela Banca MS Concursos, relativamente à entrega de cartão resposta, utilização de celulares, utilização de garrafas de água com rótulos, início das provas antes de todos os candidatos receberem os cadernos de questões e a negativa da fiscalização do concurso de registro em ata dos aludidos fatos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro**: 44) Processo n. 01722.000.047/2017: Objeto: investigar a ocorrência de irregularidades na aplicação de verbas relativas ao Bolsa Família, apontadas na 37.º etapa do Programa de Fiscalização. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Casca**: 45) Processo n. 01738.000.522/2017: Objeto: classificação de sigilo reservado.

Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos: 46) Processo n. 01748.000.001/2017: Objeto: uso indevido de dependências de centro de múltiplo uso na cidade de Morro Reuter/RS. Improbidade administrativa. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito**: 47) Processo n. 01750.000.061/2018: Objeto: oficina mecânica sem Licença de Operação. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno**: 48) Processo n. 01650.000.289/2018: Objeto: investigar possível infração ambiental consistente em construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, na Estrada Santo Antônio, em Nova Palma, RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Flores da Cunha**: 49) Processo n. 01760.000.024/2016: Objeto: pagamento indevido de 13º Salário pelo Município de Flores da Cunha e Câmara Municipal de Vereadores de Flores da Cunha (Subsídios dos Agentes Políticos) sem Lei Autorizadora de Janeiro de 2013 em diante. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé**: 50) Processo n. 01776.000.443/2018: Objeto: auto de Infração Ambiental lavrado contra a empresa Arte Visual Estampagem Química Ltda., em razão de lançamento de efluente industrial no Arroio Barracão sem autorização do órgão ambiental competente e descumprindo as condicionantes da licença ambiental vigente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha**: 51) Processo n. 01654.000.269/2018: Objeto: apurar eventual violação ao Plano Diretor e Legislação



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2583

Municipal, em face da criação de animais (cavalos) em zona urbana. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão:** 52) Processo n. 01698.000.038/2017: Objeto: Programa Segurança Alimentar - Açougue Costelão Gaúcho. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marau:** 53) Processo n. 01702.000.158/2017: Objeto: verificação sobre existência de dano ambiental decorrente da atividade de extração de argila. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata:** 54) Processo n. 01802.000.767/2018: Objeto: termo de informações referente à denúncia recebida em ligação no telefone do plantão da Promotoria. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi:** 55) Processo n. 01686.000.152/2017: Objeto: apuração de dano ambiental pela aplicação irregular de agrotóxicos, no ano de 2015, no interior do Município de Condor. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé:** 56) Processo n. 01806.000.171/2017: Objeto: apurar eventuais irregularidades no recebimento de verbas públicas em Fazenda de Recuperação de Dependentes Químicos - Aprendendo a Viver. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo:** 57) Processo n. 01824.000.191/2017: Objeto: estabelecimento de gás do Reber da Rosa Silveira. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis:** 58) Processo n. 01870.000.235/2017: Objeto: investigar irregularidades no Pregão Presencial para Registro de Preços n.. 020/2016, especialmente no que tange aos itens n. 233 e 234 - vinho espumante. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 59) Processo n. 01591.000.740/2018: Objeto: lançamento de efluentes a céu aberto na Av. Do Riacho, 1350, Igra Norte, Torres/RS (Restaurante Lions). Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

MARTHA WEISS JUNG,

Promotora-Assessora.

AVISO N. 32/2019

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 09 de abril de 2019, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO** 01) Processo n. PR.00975.00041/2019-3: SIM - Declinação de Atribuição - IC.01625.000.571/2018 – Objeto: Apurar conduta discriminatória na demissão de servidores da CEEE-D. 02) Processo n. PR.00975.00081/2019-9: SIM - Declinação de Atribuição - NF.01593.000.412/2019 – Objeto: operar empreendimento potencialmente poluidor (Peixaria comércio e beneficiamento

de pescado), sem licenciamento ambiental. Peixaria Galera da Pesca. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

MARTHA WEISS JUNG,

Promotora-Assessora.

AVISO N. 33/2019

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 09 de abril de 2019, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO BARROS SILVA** 01) Processo n. PR.00975.00013/2019-2: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01794.000.390/2018 - Cópia de Sindicância Investigatória- PI 228/2018- Prefeitura de Mostardas. Objeto: Instaurada para apurar a discrepância constatada em relação de alimentos comprados para a Casa de Acolhimento e o número de acolhidos. 02) Processo n. AT.00813.00200/2015: Objeto: quer informações sobre funcionamento irregular de posto de combustível Posto da Pedra, localizado em Guabiju. 03) Processo n. PA.00950.00032/2015: Objeto: apurar os fatos constantes na representação da Associação de Recicladores de Charqueadas contra o Município de Charqueadas pela suspensão do veículo de coleta seletiva e exigência de licitação para triagem e destinação final, sem prévio aviso e sem remuneração. Representado: Município de Charqueadas. Local: Charqueadas/RS. **RELATOR: CONSELHEIRO ARMANDO ANTÔNIO LOTTI** 04) Processo n. RD.00728.00185/2016: Objeto: OF. 249/2016 DO MPF encaminha o IC.1.29.020.000018/2008-65, já arquivado naquele Órgão, para análise e providências. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO BANDEIRA PEREIRA** 05) Processo n. PR.00034.00142/2018-0: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01604.000.228/2018 – Objeto: denúncia sobre irregularidades em procedimento licitatório promovido pelo Município de Camaquã. 06) Processo n. PR.00975.00074/2019-4: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01595.000.057/2019 – Objeto: sigiloso. 07) Processo n. PR.00975.00516/2018-6: SIM - Indeferimento - Reexame Necessário - PIC.01638.000.104/2018 – Objeto: cópia integral do IC.00734.00027/2017 para adoção das providências criminais. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE** 08) Processo n. PR.00975.00040/2019-5: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.00710.000.149/2018 – Objeto: operária concursada para esta função está exercendo suas funções junto à Assistência Social do Município. 09) Processo n. PR.00975.00047/2019-0: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01872.000.836/2018 – Objeto: possível abuso de autoridade e assédio moral por parte do Secretário de Obras Rui Paim. 10) Processo n. PR.00975.00048/2019-8:



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2583

SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01910.001.176/2018 – Objeto: sigiloso. 11) Processo n. PR.00975.00068/2019-6: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01684.000.747/2018 – Objeto: ofício encaminhado pelo TCE/RS informando que as contas do Legislativo Municipal de Sagrada Família, referentes ao exercício de 2015, foram julgadas irregulares. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO** 12) Processo n. PR.00975.00044/2019-7: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01762.000.422/2018 – Objeto: denúncia anônima contra vereadora enviada por e-mail. 13) Processo n. PR.00975.00050/2019-4: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01304.002.914/2018 – Objeto: apurar denúncia na falta de antecedência na divulgação da data, horário e local da convocação para verificação da veracidade da autodeclaração de negros e pardos no Concurso da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. 14) Processo n. PR.00975.00051/2019-2: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01413.000.574/2018 – Objeto: apurar suposto uso indevido de verba na infraestrutura das reuniões do orçamento participativo. 15) Processo n. PR.00975.00058/2019-7: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01910.000.885/2018 – Objeto: sigiloso. 16) Processo n. PR.00975.00069/2019-4: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01904.000.142/2018 – Objeto: sigiloso. 17) Processo n. PR.00975.00082/2019-7: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01604.000.238/2018 – Objeto: denúncia enviada pela internet. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ** 18) Processo n. RD.00815.00544/2018: Objeto: relata possível substituição desnecessária de meio na Rua João Aloysio Algayer. 19) Processo n. RD.00815.01444/2018: Objeto: relata ilicitude em processo licitatório relativo à FSNH e à PMNH. **RELATORA: CONSELHEIRA KARIN SOHNE GENZ** 20) Processo n. RD.01500.00049/2017: Objeto: sigiloso. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

NF.01593.000.851/2018 - Originário do RD.00915.00163/2018. 04) Processo n. PR.00975.00080/2019-1: SIM - Arquivamento NF - Recurso - NF.02378.000.730/2018 – Objeto: denúncia enviada pela internet de corte de árvores do Condomínio Morada dos Crisântemos Rua dos Crisântemos 3909/102E, Capão Novo, Capão da Canoa, indiscriminadamente, inclusive árvores antigas e nativas que estão na lista de preservação. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO** 05) Processo n. PR.00975.00052/2019-0: SIM - Arquivamento NF - Recurso - NF.01591.001.357/2018 – Objeto: solicita atendimento com Promotor afim de tratar das antenas de telefone que serão transferidas para frente de sua casa. Informa que serão 4 antenas. A área é classificada como zona urbana, infringindo o raio de 50 metros de distancia de creche, escola, etc. Informa que esteve em contato com a Prefeitura a fim de tratar do assunto, apenas foi dito que as licenças estão liberadas. 06) Processo n. AT.01502.00520/2018: Objeto: deseja ingressar com ação civil pública sobre apropriação de área pública. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ** 07) Processo n. RD.01522.00235/2018: Objeto: sigiloso. **RELATORA: CONSELHEIRA KARIN SOHNE GENZ** 08) Processo n. AT.01502.00259/2017: Objeto: denúncia de poluição por parte do Engenho Treichel. Relata que já havia apresentado denúncia na promotoria há muitos anos e não ficou sabendo se foram tomadas algumas medidas. 09) Processo n. RD.00748.00234/2018: Objeto: representação da Vereadora Gladis Franceschetto Frizzo contra imposição de multa aplicada pela SEMMA à Associação de Moradores do Loteamento Morada do Sol. 10) Processo n. RD.00755.00083/2017: Objeto: expediente instaurado a partir de declarações prestadas por D.H.B. 11) Processo n. RD.01500.00033/2017: Objeto: denúncia enviada pela internet. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 02 de abril de 2019.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 34/2019

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 09 de abril de 2019, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO BARROS SILVA** 01) Processo n. PR.00975.00020/2019-7: SIM - Arquivamento NF - Recurso - NF.01910.000.870/2018 – Objeto: denunciar irregularidades em Cooperativa de Três de Maio. 02) Processo n. RD.01506.00287/2018: Objeto: denúncia enviada pela internet. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE** 03) Processo n. PR.00975.00039/2019-7: SIM - Arquivamento NF - Recurso -